

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS CULTURAIS, MEMÓRIA E
PATRIMÔNIO - PROMEP
MESTRADO PROFISSIONAL**

SÍNTIA DE CÁSSIA GOMES PEREIRA CAVALCANTE

**GESTÃO DO ACERVO EM LOUÇAS: O INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO
ARQUEOLÓGICO SOB GUARDA DO NÚCLEO DE ARQUEOLOGIA-UEG,
PROJETO FIAÇÃO SUBTERRÂNEA DE ENERGIA ELÉTRICA**

**GOIÁS – GO
2023**

SINTIA DE CÁSSIA GOMES PEREIRA CAVALCANTE

GESTÃO DO ACERVO EM LOUÇAS: O INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO
ARQUEOLÓGICO SOB GUARDA DO NÚCLEO DE ARQUEOLOGIA-UEG, PROJETO
FIAÇÃO SUBTERRÂNEA DE ENERGIA ELÉTRICA

Relatório técnico para apresentação à banca do Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio, Mestrado Profissional, da Universidade Estadual de Goiás - Câmpus Cora Coralina (PROMEP/UEG), como requisito para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora: Prof.^a Dra. Gislaine Valério de Lima Tedesco

GOIÁS – GO
2023



**TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO DE TESES E DISSERTAÇÕES NA
BIBLIOTECA DIGITAL (BDTD)**

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Estadual de Goiás a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UEG), regulamentada pela Resolução, CsA nº 1.087/2019 sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9.610/1998, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data¹. Estando ciente que o conteúdo disponibilizado é de inteira responsabilidade do(a) autor(a).

Dados do autor (a)

Nome

completo Sintia de Cássia Gomes Pereira Cavalcante

Email _____

Dados do trabalho

Título Gestão do acervo em louças: o inventário do patrimônio arqueológico sob guarda do Núcleo de Arqueologia-UEG, projeto fiação subterrânea de energia elétrica

Tipo:

Tese Dissertação

Curso/Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio

Concorda com a liberação documento

SIM NÃO

¹Período de embargo é de até um ano a partir da data de defesa.

Goiás, 14 de março de 2024

Sintia P. G. P. Cavalcante

Assinatura autor(a)

[Assinatura]

Assinatura do orientador(a)

CATALOGAÇÃO NA FONTE

Biblioteca Frei Simão Dorvi – UEG Câmpus Cora Coralina

C377g Cavalcante, Sítia de Cássia Gomes Pereira.
Gestão do acervo em louças : o inventário do patrimônio arqueológico sob guarda do Núcleo de Arqueologia-UEG, Projeto Fiação Subterrânea de Energia Elétrica [manuscrito] / Sítia de Cássia Gomes Pereira Cavalcante. – Goiás, GO, 2023.
95 f. ; il.

Orientadora: Profa. Dra. Gislaine Valério de Lima Tedesco.
Relatório Técnico (Mestrado em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio) – Câmpus Cora Coralina, Universidade Estadual de Goiás, 2023.

1. Patrimônio arqueológico. 1.1. Gestão de acervo arqueológico.
1.2. NARQ/UEG. I. Título. II. Universidade Estadual de Goiás, Câmpus Cora Coralina.

CDU: 902.2(817.3)

Bibliotecária responsável: Marília Linhares Dias – CRB 1/2971



ATA DE EXAME DE DEFESA 09/2023

Ao dia um do mês de setembro de dois mil e vinte e três às quatorze horas, realizou-se na Universidade Estadual de Goiás - Câmpus Cora Coralina, a sessão pública de Defesa do Relatório Técnico intitulado "Gestão do Acervo em Louças: O Inventário do Patrimônio Arqueológico sob guarda do Núcleo de Arqueologia-UEG, Projeto Fiação Subterrânea de Energia Elétrica" e do produto: "Fichas nº 196 de 18/05/2016 anexo II e Catálogo: Coleções em louças séculos XVIII e XIX Sítio Arqueológico Vila Boa de Goiás Projeto Fiação Subterrânea de Energia Elétrica" do(a) mestrando(a) **Sintia de Cássia Gomes Pereira Cavalcante**. A banca examinadora foi composta pelos seguintes professores doutores: Gislaine Valério de Lima Tedesco - Presidente - (PROMEP/UEG), Héllen Batista Carvalho (IPHAN), Maria Dailza Conceição Fagundes (PROMEP/UEG). Os membros da banca fizeram suas observações e sugestões, as quais deverão ser consideradas pelo(a) mestrando(a) e seu/sua orientador(a). Em seguida, a banca examinadora reuniu-se para proceder a avaliação do exame de defesa. Reaberta a sessão, o(a) presidente da banca examinadora, Dra. Gislaine Valério de Lima Tedesco, proclamou que o Relatório Técnico e o produto encontram-se **aprovados (X)** ou **não aprovados ()** com as seguintes exigências (se houver):

razão correção de Português e as indicadas pela banca.

Gislaine Valério de Lima Tedesco

Profa. Dra. Gislaine Valério de Lima Tedesco (PROMEP - UEG)

Maria Dailza C. Fagundes

Profa. Dra. Maria Dailza Conceição Fagundes

Héllen Batista Carvalho

Pr^o Dra. Héllen Batista Carvalho

Cumpridas as formalidades de pauta, às 16:20 a presidência da mesa encerrou esta sessão do Exame de Defesa e lavrou a presente ata que, após lida e aprovada, será assinada pelos membros da banca examinadora em duas vias de igual teor.

Goiás-GO, 01/09/2023.

Maria Dailza C. Fagundes

Prof^o Dr^o Maria Dailza da Conceição Fagundes (Coordenadora)

“A louça, enquanto item da cultura material, não explica a totalidade do universo social, mas, dentro de seus limites, reflete aspectos importantes. Ela é em si a manifestação material de fenômenos do processo social e a partir dela podemos lê-los, por que eles estão inscritos nela, tomando-a fecunda como fornecedora de informação sobre o passado” (CARVALHO, 2003, p.9).

AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente a Deus por ter conseguido chegar ao término dessa caminhada, a qual o Senhor sabe que não foi fácil, mas com a sua ajuda e amparo, Venci!

Estendo ainda os meus agradecimentos para a minha família, em especial a minha mãe Irani, minha filha Sara e meu esposo Sinomar, pois o apoio de vocês foi crucial para que eu pudesse vencer os meus medos e superar os obstáculos. Amo vocês!

Agradeço aos meus irmãos, sobrinhos, meus familiares e amigos pelo apoio, incentivo e carinho. Vocês são joias raras, preciosas! Com vocês pude aprender que o que nos torna forte é a nossa capacidade de recomeçar todos os dias.

Estendo de forma carinhosa os meus agradecimentos para a minha orientadora Prof.^a Dra. Gislaine Valério de Lima Tedesco, aos membros da banca de defesa pelo aceite, a Universidade Estadual de Goiás a qual tenho trilhado meus caminhos desde a graduação, aos pesquisadores e estagiários do NARQ/UEG pelas contribuições na manutenção da pesquisa.

De um modo geral a todos que de alguma maneira torceram e contribuíram com esse resultado.

RESUMO

O objetivo deste Relatório é apresentar o processo aplicado na gestão do acervo arqueológico das louças dos séculos XVIII, XIX e XX, que são provenientes das escavações arqueológicas realizadas no Sítio Arqueológico Histórico e Urbano Vila Boa de Goiás, durante as obras de implantação da rede de fiação subterrânea de distribuição de energia elétrica, em todo centro histórico da cidade de Goiás nos anos 2000-2001. O acervo coletado na pesquisa encontra-se sob guarda institucional do Núcleo de Arqueologia da Universidade Estadual de Goiás NARQ/UEG. Para essa ação foi dada ênfase ao modelo de gestão como sugerido na portaria IPHAN nº196 (18/05/2016) e seu anexo II, que se refere à manutenção, conservação e extroversão dos bens arqueológicos. Diante do desafio de conservação, manutenção e extroversão do patrimônio arqueológico nas instituições de guarda, esta pesquisa apresenta subsídios para proteção dos bens arqueológicos e utilização desse espaço no processo de fruição do patrimônio. Do trato do inventário do acervo foi apresentado o preenchimento da ficha de cadastro dos bens arqueológicos móveis e os resultados alcançados nessa proposta de conservação, manutenção e extroversão do patrimônio arqueológico brasileiro.

Palavras chaves: Gestão de acervo. NARQ/UEG. Patrimônio Arqueológico.

ABSTRACT

The objective of this Report is to present the process applied in the management of the archaeological collection of crockery from the 18th, 19th and 20th centuries, which come from archaeological excavations carried out at the Vila Boa de Goiás Historic and Urban Archaeological Site, during the works to implement the network of underground electrical power distribution wiring throughout the historic center of the city of Goiás in the years 2000-2001. The collection collected in the research is under institutional custody of the Archeology Center of the State University of Goiás NARQ/UEG. For this action, emphasis was placed on the management model as suggested by IPHAN ordinance no. 196 (18/05/2016) and its annex II, which refers to the maintenance, conservation and extroversion of archaeological assets. Faced with the challenge of conservation, maintenance and extroversion of archaeological heritage in custody institutions, this research presents subsidies for the protection of archaeological assets and the use of this space in the process of enjoying the heritage. From the inventory inventory of the collection, the completion of the registration form for movable archaeological assets and the results achieved in this proposal for conservation, maintenance and extroversion of Brazilian archaeological heritage were presented.

Keywords: Collection management. NARQ/UEG. Archaeological Heritage.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Instituições de guarda e pesquisa aptas a fornecer endosso em todo Brasil.....	22
Figura 2 - Trechos da publicação do Csu 796 de 14/12/2016	29
Figura 3 - Folder utilizado nas ações de educação patrimonial NARQ/UEG.....	31
Figura 4 - Postais do acervo coletado utilizado para divulgação e ações de educação patrimonial.....	33
Figura 5 - Modelo de tabela do inventário do acervo.....	78
Figura 6 - Trechos do preenchimento da ficha de cadastro de bem arqueológico móvel	79
Figura 7 - Relação de bens arqueológicos móveis inventariados, suas classes identificadas e seus quantitativos.....	79
Figura 8 - Capa do catálogo de louças do século XVIII, XIX e XX	80
Figura 9 - Exemplar em louças século XIX, utensílios de mesa	81
Figura 10 - Exemplar em louças (malga) utensílios de uso individual século XIX.....	81
Figura 11 - Pagina do IPHAN para pesquisa e consultas de relatórios, bibliografias, projetos	84
Gráfico 1 - Classes identificadas no inventário do acervo	62

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Foto 1 - Exposição Arqueológica - Mostra Repensando Vila Boa 2001	33
Foto 2 - Abertura de valas pela INELTO, para colocar caixas da rede elétrica.....	35
Foto 3 - Imagem da fiação tampando as fachadas	56
Foto 4 - Fachadas das casas após a implantação da fiação subterrânea.....	56
Foto 5 - Organização das peças para o inventário e registro fotográfico.....	58
Foto 6 - Beco Vila Rica.....	72
Foto 7 - Lavadeiras do Rio Vermelho.....	72
Foto 8 - Praça da Liberdade (Coreto).....	73

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Instituições cadastrada pelo CNIGP para fornecer endosso e guarda institucional aos acervos oriundos das pesquisas arqueológicas no Estado de Goiás	21
Quadro 2 - Ações de educação patrimonial no período de 2001 á 2004.....	32
Quadro 3 - Nomenclatura aplica para registro das peças arqueológicas.....	57
Quadro 4 - Ruas pesquisadas no sitio Vila Boa de Goiás II	60
Quadro 5 - Relação dos bens arqueológicos encontrados no sitio Vila Boa de Goiás projeto de fiação subterrânea	61
Quadro 6 - Tipos de louças encontradas no Sítio Vila Boa de Goiás	62
Quadro 7 - Técnicas decorativas identificadas no inventário do acervo.....	65
Quadro 8 - Ruas com maior concentração de artefatos em louças que eram fundo de quintais	73
Quadro 9 - Ficha de cadastro de bem arqueológico móvel	76

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Localização do Sítio Histórico Urbano Vila Boa de Goiás.....	34
Mapa 2 - Localização do Sítio Histórico Urbano Vila Boa de Goiás "ruas pesquisadas projeto de implantação da fiação subterrânea de energia elétrica”.....	69
Mapa 3 - Ruas e becos com maior concentração de acervos arqueológicos	71

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CELG	Companhia Elétrica de Goiás
CF	Constituição Federal
CNA	Centro Nacional de Arqueologia
CNIGP	Cadastro Nacional das Instituições de Guarda e Pesquisa
DEPAM	Departamento de Patrimônio Material de Fiscalização
FICA	Festival Internacional de Cinema e Ambiental
Go	Goiás
IFG	Instituto Federal de Goiás
IGPA	Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia
IGPs	Instituições de Guarda e Pesquisa Arqueológicas
IPHAN	Instituto Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
NARQ	Núcleo de Arqueologia
POSLLI	Pós-Graduação em Língua, Literatura e Interculturalidade
PPGEO	Programa de Pós-Graduação em Geografia
PROMEPE	Programa Mestrado Profissional em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio.
PUC	Pontifícia Universidade Católica
RT	Reservas Técnicas
Saneago	Saneamento de Goiás
UEG	Universidade Estadual de Goiás
UF	Unidades Federativa
UFG	Universidade Federal de Goiás
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1 O ACERVO ARQUEOLÓGICO EM LOUÇA SOB GUARDA DO NÚCLEO DE ARQUEOLOGIA –UEG.	20
1.1 “PROTETORAS OU DETENTORAS DO PATRIMÔNIO” O PROCESSO DE MUSEALIZAÇÃO DO ACERVO ARQUEOLÓGICO SOB GUARDA DO NARQ/UEG.	20
1.1.1 As obras da cidade de Goiás e o Núcleo de Arqueologia da Universidade Estadual de Goiás - NARQ/UEG.	27
1.2 PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO EM LOUÇA, MEMÓRIA E IDENTIDADE	35
1.2.1 A representação da cultural e material na construção da memória e identidade ...	37
1.2.2 Metodologia aplicada na pesquisa	45
2 O INVENTÁRIO DOS BENS ARQUEOLÓGICOS SOB A GUARDA DO NÚCLEO DE ARQUEOLOGIA	48
2.1 O INVENTÁRIO DO ACERVO	48
2.1.1 Inventários de acervos arqueológicos	50
2.2 A FICHA DE CADASTRO DE BEM ARQUEOLÓGICO MÓVEL	53
2.2.1 O registro e cadastro do acervo em louça da cidade de Goiás (obra rede subterrânea de energia elétrica)	54
2.3 AS LOUÇAS ENCONTRADAS NO SÍTIO VILA BOA DE GOIÁS.....	58
2.3.1 Os resultados obtidos	68
3 APRESENTAÇÃO DOS PRODUTOS.....	75
3.1 O FORMATO DO PRODUTO	75
3.2 PÚBLICO-ALVO.....	82
3.3 O IMPACTO ESPERADO SOBRE A COMUNIDADE	82
4 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DO PRODUTO.....	83
4.1 MANUAL DE USO DO DAS FICHAS DE CADASTRO DO BEM MÓVEL E O CATÁLOGO DE LOUÇAS	83
4.2 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS PRODUTOS NA COMUNIDADE PARTICIPANTE	84
4.3 DEVOLUTIVA PARA A COMUNIDADE	85
5 CONSIDERAÇÕES	86

REFERÊNCIAS	88
--------------------------	-----------

INTRODUÇÃO

Esse Relatório Técnico tem como objetivo apresentar a ação de gestão que foi desenvolvida com o acervo arqueológico em louça dos séculos XVIII, XIX e XX, que compõe a reserva técnica do Núcleo de Arqueologia da Universidade Estadual de Goiás (NARQ/UEG). Os artefatos são provenientes das escavações arqueológicas realizadas no Sítio Arqueológico Histórico e Urbano Vila Boa de Goiás, entre os anos 2000 a 2001. projeto de acompanhamento e resgate arqueológico na obra de implantação de rede elétrica subterrânea, durante o processo de adequação para concorrer ao Título de Patrimônio Cultural Mundial.

Essa gestão propõe através do levantamento do acervo das louças, que está sob guarda institucional do NARQ, a análise do seu estado de conservação e elaboração de inventário desse material a partir das normativas da Portaria nº196, de 18 de maio de 2016 (IPHAN, 2016a) e seu anexo II. A elaboração do inventário obedeceu todos requisitos previstos nesse dispositivo de proteção e guarda do patrimônio, bem como, padronizar, monitorar e gerir as atividades de conservação do patrimônio arqueológico; promovendo sua manutenção, conservação e extroversão dos bens arqueológicos, colaborando para a fruição dos mesmos.

A pesquisa arqueológica realizada na cidade de Goiás foi uma ação pioneira no Brasil, principalmente por ter sido realizada em todo o Centro Histórico da cidade e também em áreas adjacentes ao centro. Foram escavadas e acompanhadas todas as áreas do sítio que sofreram impactos durante a realização das obras de embutimento da fiação de energia elétrica e telefonia e implantação da rede de esgoto (Tedesco, 2009).

As pesquisas realizadas durante as obras de adequação vêm compor as exigências propostas na elaboração do dossiê para a obtenção do Título de Patrimônio Cultural Mundial. Nessa fase, a cidade passou por várias intervenções para manutenção de seu patrimônio, ao longo da trajetória que constitui a contemplação do título. A pesquisa arqueológica foi parte fundamental nesse processo e veio colaborar no resgate da História e memória da população vilaboense¹.

Todo acervo coletado na pesquisa está sob guarda institucional do Núcleo de Arqueologia da Universidade Estadual de Goiás. O NARQ/UEG é uma instituição de guarda e pesquisa registrada no Cadastro Nacional de Instituição de Guarda e Pesquisa do Instituto Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), como apta a emissão de endossos e recebimento de pequenos acervos arqueológicos. Sob sua guarda, o NARQ, possui um

¹ Pessoas nascidas na cidade utilizam o gentílico do segundo nome da cidade que foi Vila Boa de Goiás, até a transferência para capital Goiânia.

quantitativo de 228.112 artefatos e as principais tipologias que compõe as coleções do acervo são: cerâmica, lítico, cerâmica vidrada, grés, louça, vidro, metal e ossos. Sua reserva técnica abriga inúmeras coleções arqueológicas de diversos projetos realizados na cidade de Goiás e de outras regiões do Estado e do Tocantins.

Todo material arqueológico coletado nas escavações passou por processo de curadoria; durante a pesquisa, foram higienizados, numerados, catalogados, registrados em ficha, acondicionado em embalagens com etiquetas, guardadas em caixa arquivos, bem como foram produzido ficha de quantificação e análise; O acervo cerâmico foi analisado, assim como o acervo em vidro que veio contribuir com os estudos da cultura material da população que viveu na Vila Boa de Goiás nos séculos passados. Para Symanski (1998, p. 66) a análise do material exumado desse contexto, pode informar sobre as atividades cotidianas de grupos humanos, estando relacionado à produção e reprodução sociais, comportamento de consumo e socialização.

No entanto o numeroso acervo em louça que está sob guarda institucional do NARQ/UEG, ainda carece de um levantamento minucioso, sistêmico para que possa atender a Portaria n° 196 e seu anexo II (ficha de cadastro do bem arqueológico móvel) (IPHAN, 2016a). Nesta perspectiva realizo o inventário do acervo de louças, coleção Vila Boa de Goiás II, referente ao projeto de fiação subterrânea de energia elétrica, utilizando esse dispositivo para gestão do acervo arqueológico, sua manutenção, conservação e extroversão.

A manutenção e a extroversão do patrimônio arqueológico são importantes no processo de valorização cultural, nesta direção, esse trabalho caminha, em busca de utilizar esse estudo como devolutiva social, de fortalecer uma relação de pertencimento da população com seu patrimônio e não silenciar sua identidade, sabendo que os artefatos arqueológicos são fontes primárias de conhecimento, de enriquecimento individual e coletivo.

Com distintas formas e funções, os objetos em louça nos possibilitam compreender algumas práticas e comportamentos das sociedades dos séculos passados, ligados ao uso das louças e identificar as representações dos objetos na constituição da história dos grupos que viveram em vila Boa, assim como apresentar dados que possa contribuir para a ressignificação da trajetória histórica da população que vivem em Vila Boa de Goiás.

Desse modo, salienta-se que inicialmente para a execução deste estudo recorreu a uma pesquisa qualitativa bibliográfica e documental. Em relação à abordagem qualitativa, oferece três diferentes possibilidades de se realizar uma pesquisa, como por exemplo, à pesquisa documental, o estudo de caso e até mesmo, a etnografia. Segundo esta perspectiva,

Um fenômeno pode ser melhor compreendido no contexto em que ocorre e do qual é parte, devendo ser analisado numa perspectiva integrada. Para tanto, o pesquisador vai a campo buscando/captar o fenômeno em estudo a partir da perspectiva das pessoas nele envolvidas, considerando todos os pontos de vista relevantes. Vários tipos de dados são coletados e analisados para que se entenda a dinâmica do fenômeno (Godoy, 1995, p. 21).

O Estudo de caso consiste em um método amplo sobre um assunto em específico, ele permite aprofundar o conhecimento, visando oferecer subsídios para que ocorram novas investigações sobre uma mesma temática. Em contra partida, a pesquisa etnográfica é uma “metodologia das ciências sociais, principalmente da disciplina de Antropologia, em que o principal foco é o estudo da cultura e o comportamento de determinados grupos sociais” (Godoy, 2000, p. 2).

As pesquisas bibliográficas são aquelas que possuem como preocupação central identificar os fatores que determinam, ou, que contribuem para a ocorrência dos fenômenos. Ela consiste no passo inicial para que ocorra a construção efetiva do que diz respeito, ao processo de investigação. Diante disso, conforme Bortoni-Ricardo (2011) ela busca compreender, sobretudo, o significado que os acontecimentos possuem para os indivíduos em situações particulares, de modo, a enfatizar a relevância da interação simbólica, bem como da cultura para a compreensão do todo.

No que se refere à pesquisa documental, ela se utiliza fontes primárias, isto é, “dados e informações que ainda não foram tratados científica ou analiticamente. A pesquisa documental tem objetivos específicos e pode ser um rico complemento à pesquisa bibliográfica” (UFMG, 2021, p. 1).

Para essa ação, utilizamos a pesquisa documental como; fichas de campos, diários, relatórios técnicos, fichas de numeração, quantificação, portarias, legislação, bibliografias que discute os conceitos de arqueologia, inventários, memória e identidade. Outros recursos utilizados foram às fontes iconográficas; fotos da pesquisa, do acervo, mapas, croquis. E por fim, o acervo arqueológico do século XVIII, XIX e XX do projeto fiação subterrâneo de energia elétrica, que foi todo inventariado por classes e tipologias.

Toda metodologia empregada na pesquisa, foi realizada nas dependências do NARQ/UEG, foram coletar dados das fichas de numeração e de análise, toda documentação produzida no processo de curadoria dos artefatos arqueológicos realizada em concomitância com a pesquisa de campo . Depois, realizou-se o levantamento do acervo da empresa que seria realizado o inventário do acervo, optou em selecionar a Empresa INELTO, subcontrata da extinta Companhia Elétrica de Goiás (CELG), empreiteira responsável pela fiação subterrânea

de energia elétrica em todo centro histórico. Todo acervo foi inventariado, para isso, realizou o registro fotográfico de todas as peças e as fichas de cadastro dos bens arqueológicos móveis foram preenchidas.

O inventário do acervo em louças, através da ficha de cadastro dos bens arqueológicos móveis e a produção do catálogo, é um instrumento que contribuiu para avaliação do estado de conservação dos bens arqueológicos. A gestão do acervo permitiu identificar os possíveis problemas quanto à conservação e preservação dos artefatos, assinalando as medidas a serem tomadas para que o acervo salvaguardado esteja protegido. Foi utilizado, também, para o fortalecimento das ações educativas em prol do patrimônio arqueológico brasileiro.

Com longa experiência em manuseio de acervos arqueológicos que foi adquirida no estágio realizado durante os projetos de resgate arqueológico das obras de implantação da rede elétrica, de telefonia e de esgoto da cidade de Goiás nos anos de 2000 a 2004, enquanto era discente do curso de Geografia - UEG. E posteriormente nos anos de 2010 a 2020 como pesquisadora voluntária do NARQ/UEG. Essa oportunidade me proporcionou um conhecimento em identificar artefatos arqueológicos, realizar curadoria, análise dos objetos, inventários, processos de endossos, pesquisa de campo, sabendo assim distinguir as demandas de manutenção e conservação que os acervos necessitam.

Além do que, foi observado nas ações de educação patrimonial desenvolvidas pelo NARQ/UEG, junto com a comunidade, visitantes e as escolas da rede pública e privada do município, a qual participei, uma carência em ações educativas sobre patrimônio cultural. Sendo assim, é preciso utilizar das ferramentas disponíveis de extroversão e a fruição do conhecimento de seus bens, para potencializar a prática de conservação e manutenção do patrimônio.

Assim, a presente pesquisa se divide em quatro capítulos. No primeiro capítulo há um diálogo sobre o acervo arqueológico das louças que está sob guarda institucional do NARQ/UEG, apresenta uma reflexão sobre a importância das instituições de guarda de acervos, na proteção, manutenção e extroversão do patrimônio arqueológico brasileiro, e o papel do NARQ/UEG nessa construção.

Apresenta os desafios encontrados na proteção do patrimônio arqueológico brasileiro, do papel da gestão de acervo como ferramenta de devolutiva social para comunidade, entendendo-a como elemento social que permite gerir seus patrimônios, garantindo sua manutenção e integridade para as gerações futuras, dando a elas o direito de conhecer as memórias e histórias deixadas através da cultura material.

No segundo capítulo, um diálogo sobre o inventário do acervo arqueológico das louças,

assim como, a produção do inventário e o preenchimento das fichas de cadastro dos bens móveis em louça do projeto de implantação da rede de fiação subterrânea de distribuição de energia elétrica realizada no ano 2000-2001. Apresenta os resultados alcançados na gestão desse acervo.

O capítulo três apresenta os produtos, resultado desse estudo, as fichas de cadastro dos bens arqueológicos móveis com todo acervo inventariado e o catálogo em louças do século XVIII e XIX, produzidos para auxiliar nas ações educativas e no processo de extroversão desse patrimônio junto à comunidade. Foram pensados e estruturados de maneira didática, elucidada para que o leitor possa conhecer as características das peças, suas técnicas decorativas, período de fabricação, tipo de artefato, forma e função.

Por fim, o quarto e último capítulo apresenta o manual de uso dos produtos (as fichas de inventário e o catálogo de louças do século XVIII e XIX), produzidos com parte do acervo fotográfico do inventário. Apresenta como essa proposta foi aplicada na comunidade participante, como aconteceu o processo de devolutiva para a comunidade com o objetivo de disponibilizá-los para que possam ser usados, estudados pela comunidade na continuidade necessária da prática de manutenção dos acervos arqueológicos.

1 O ACERVO ARQUEOLÓGICO EM LOUÇA SOB GUARDA DO NÚCLEO DE ARQUEOLOGIA –UEG.

O objetivo deste capítulo é apresentar um diálogo sobre o acervo arqueológico em louça sob guarda institucional do NARQ/UEG. Expõe uma reflexão sobre a importância das instituições de guarda de acervos, na proteção, manutenção e extroversão do patrimônio arqueológico brasileiro, enquanto depositário dos artefatos arqueológicos. Bem como, demonstrar algumas das fragilidades que as instituições ainda possuem nesse processo.

Exibe os desafios encontrados na proteção do patrimônio arqueológico brasileiro, do papel da gestão de acervo como ferramenta de devolutiva social para comunidade, entendendo-a como elemento social que permite gerir seus patrimônios, garantindo sua manutenção e integridade para as gerações futuras, dando a elas o direito de conhecer as memórias e histórias deixadas através da cultura material.

Compreender o papel desenvolvido pelo Núcleo de Arqueologia da Universidade de Goiás, enquanto Instituição de Guarda e Pesquisa registrada no Centro Nacional de Arqueologia, fornecedora de endosso institucional a diversas pesquisas realizadas no Estado, a qual abriga inúmeros artefatos de origem pré-colonial e colonial. Dentre os mais de 200 mil fragmentos sob guarda, está a coleção em louça Vila Boa de Goiás II, referente ao projeto de implantação da fiação subterrânea de energia elétrica realizado no ano 2000-2001 que foi implantada em todo centro histórico da cidade de Goiás.

Todo esse acervo que está sob guarda do NARQ/UEG, já passou por todo processo de curadoria e análise, nos anos seguintes também foram desenvolvidas pesquisas pelos alunos da universidade em projetos de extensão, algumas ações educativas com a comunidade através de projetos com as escolas da rede pública e particular do município e exposições arqueológicas em diversos eventos. No entanto, esse acervo precisa de manutenção periódica, além da adequação sugerida pela Portaria nº 196 de 18 de maio de 2016 na proteção e fruição dos bens (IPHAN, 2016a).

A gestão do acervo em louça permitiu a essa comunidade conhecer seu passado, suas raízes culturais, bem como na sua construção identitária, além de devolver a população, dados da sua história e dos grupos que viveram nos séculos passados. Espera-se que a partir disso, se fortaleçam sentimentos de pertencimentos aos grupos, dos quais os indivíduos fazem parte, permitir que possam valorizar seu passado, sua memória e sua identidade.

1.1 “PROTETORAS OU DETENTORAS DO PATRIMÔNIO” O PROCESSO DE MUSEALIZAÇÃO DO ACERVO ARQUEOLÓGICO SOB GUARDA DO NARQ/UEG.

As Instituições de Guarda e Pesquisa Arqueológicas (IGPs) no Brasil estão enquadradas nos campos museológicos e arqueológicos e são consideradas importantes dentro do processo de guarda, manutenção e conservação dos objetos coletados em pesquisa. Segundo definição do IPHAN, os IGPs “são locais reconhecidos capazes de conservar, proteger, estudar e promover a extroversão dos bens arqueológicos, atendendo ao trinômio da pesquisa, conservação, manutenção e socialização” (IPHAN, 2022).

O IPHAN visando maior controle e fiscalização criou o Cadastro Nacional das Instituições de Guarda e Pesquisa (CNIGP), no ano de 2014. Para o Estado de Goiás existem hoje quatro (4) instituições de Guarda e Pesquisa cadastradas no CNIGP/IPHAN, reconhecidas como aptas à emissão de endossos institucionais para pesquisas arqueológicas. Essas instituições se dividem em dois grupos: 1) instituições vinculadas a Universidades (Museu Antropológico da Universidade Federal de Goiás (UFG), Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-Go) e Núcleo de Arqueologia da UEG) e 2) museus vinculados a Prefeituras municipais e ao Governo do Estado (Museu Histórico Joaquim Honório de Campos da Secretaria Municipal de Cultura de Jataí).

Quadro 1- Instituições cadastrada pelo CNIGP para fornecer endosso e guarda institucional aos acervos oriundos das pesquisas arqueológicas no Estado de Goiás

Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia – IGPA	Laboratório de Arqueologia do Museu Antropológico	Museu Histórico de Jataí "Francisco Honório de Campos	Núcleo de Arqueologia da Universidade Estadual de Goiás (NARQ)
Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC/GO)	Universidade Federal de Goiás (UFG)	Prefeitura de Jataí	Universidade Estadual de Goiás (UEG)

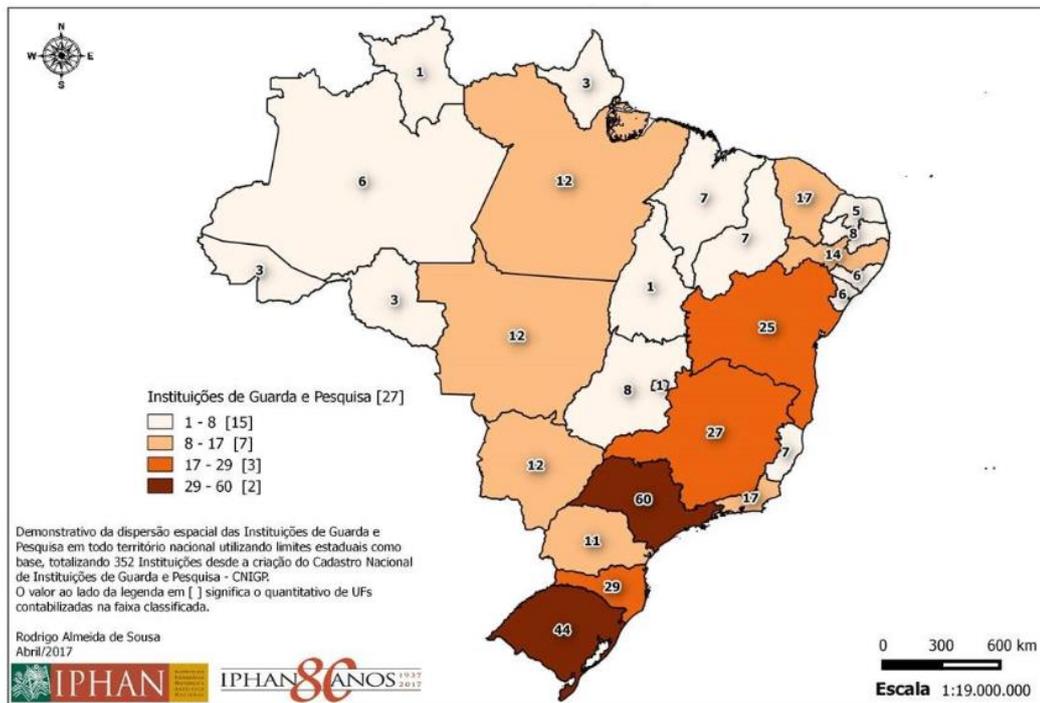
Fonte: Elaborada pela Autora, com base nos dados da pesquisa (2023).

No Brasil, segundo demonstrativo IPHAN, como indica a Figura 1, ao todo são 352 instituições de guarda e pesquisa aptas² a fornecer endosso e guarda de acervo. Uma maior

² A situação "Apta, em processo de fiscalização. Sujeita a avaliação do Iphan." refere-se às instituições que ainda não foram fiscalizadas pelo Iphan ou aquelas que receberam prazo para adequação. Portanto, estão sujeitas a serem classificadas como inaptas caso não apresentem condições de guarda ou não se adequem no prazo estipulado. As instituições descadastradas receberam tal classificação porque não existem mais ou porque não possuem bens arqueológicos e não têm interesse em emitir endossos institucionais. <http://portal.iphan.gov.br/>

concentração nas regiões Sudeste e Sul onde em cinco (5) Unidades Federativas (UF) soma o total 185 instituições, enquanto no Tocantins, apenas uma (1). Entretanto algumas instituições cadastradas tornaram se inaptas a fornecer endosso, essas não se mantiveram adequadas para abrigar tais objetos, é caso do Estado de Goiás que conta apenas com quatro (4) das oitos (8) existentes.

Figura 1 - Instituições de guarda e pesquisa aptas a fornecer endosso em todo Brasil



Fonte: IPHAN (2017a).

Veja que o grande desafio é a funcionalidade das instituições ao garantir o processo de conservação e manutenção dos artefatos (Bruno, 2014). Isso porque, dentro das fragilidades, as instituições de guarda dos acervos coletados em pesquisa são fiéis detentoras, e utilizam suas áreas de Reserva Técnica³ para abrigar os artefatos. E em sua maioria, as instituições de guarda

³ No manual *Museum Handbook*, por exemplo, a reserva técnica é considerada um espaço, mas também um processo contínuo que atende à tarefa de proteger e organizar as coleções enquanto estão armazenadas (Cumberland; Floray, 2012, p. 71). Podemos associar este processo contínuo à gestão, que deve prever a extroversão desses acervos como parte fundamental do mesmo. O pesquisador francês Luc Rémy (1999) reconhece a função das reservas técnicas na difusão das informações e do patrimônio. No seu artigo “*Les réserves: stockage passif ou pôle de valorisation du patrimoine?*” (em tradução livre: “As reservas: armazenamento passivo ou polo de valorização patrimonial?”), defende uma visão dinâmica dos patrimônios salvaguardados em reservas técnicas, ressaltando a necessidade de equilibrar as funções de conservação e difusão nesse espaço. Para Rémy (1999, p. 30), as reservas técnicas possuem cinco funções: serem funcionais, possibilitarem o acesso e a consulta ao patrimônio, ao mesmo tempo em que asseguram sua segurança e sua preservação. As cinco funções culminam na dupla missão de conservar e difundir o patrimônio. Embora Rémy seja certo sobre a busca do equilíbrio das funções das reservas técnicas, todas as funções trazidas pelo autor compõem o amplo conceito de preservação. Dessa forma, percebe-se a preservação do patrimônio como o

e pesquisa não possuem características sociomuseológicas ou espaço de extroversão do patrimônio.

Esse processo de musealização e patrimônio arqueológico, de acordo com Bruno (2014),

Não se trata da apresentação de mais uma tendência e sim da indicação de um equilíbrio mais adequado entre os campos da Arqueologia e Museologia no que tange às ações de preservação, valorização, extroversão e educação dos contextos culturais que têm nos bens arqueológicos o eixo gerador de ações patrimoniais (Bruno, 2014, p. 7).

As instituições de guarda são responsáveis por manter o equilíbrio entre a conservação dos objetos e a valorização dos bens patrimoniais, através das ações educativas desenvolvidas em suas dependências. Fortalecidas pela legislação vigente hoje essas instituições têm apresentado bons resultados, porém entende-se que ainda falta muito a se alcançar, no entanto, os primeiros passos já foram dados.

A Lei nº 3.924/1961, conhecida como lei do patrimônio arqueológico, é determinante nesta relação, na medida em que antecede os preceitos constitucionais de preservação deste patrimônio e determina os encargos de sua gestão (IPHAN, 1961). Subsequente, a Constituição Federal (1988), ela apresenta seus dispositivos de preservação dos elementos culturais e estabelece em seu Art. nº 216 a definição do que constitui o patrimônio cultural brasileiro como:

(...) os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: as formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (Brasil, 1988, p. 126).

objetivo máximo da gestão das coleções salvaguardadas. Dentro desse conceito, estão todas as atividades pelas quais os objetos passam para que se tornem documentos, ou seja, a cadeia operatória museológica organizada pelos motes da salvaguarda (conservação, documentação, armazenamento) e comunicação (exposições, produção de material didático-pedagógico, divulgação científica, ação socioeducativa cultural). A reserva técnica, nesse processo, torna-se espaço, mas também mecanismo para as atividades/funções. A compreensão de que a reserva técnica desempenha um importante papel na preservação do patrimônio é um dos motivos que vêm desencadeando uma atualização no, seu conceito e incentivando distintos modelos de reserva, como: “reservas que permitem o acolhimento de ações de formação e investigação, reservas onde é possível ao público observar o trabalho de bastidores do museu, reservas livremente visitáveis, ou reservas onde decorrem outras ações de mediação e comunicação do museu” (Amaral, 2012, p. 02). A diversidade das reservas técnicas, suas características e funções devem ser condizentes com a amplitude do patrimônio e atribuições contemporâneas. Os caminhos da construção do conhecimento, cada vez mais participativos, corroboram para que as reservas técnicas saiam dos bastidores da arqueologia e assumam um papel protagonista na relação entre o público e o patrimônio arqueológico, garantindo o acesso às coleções sem colocar em risco sua conservação (Amaral, 2012, p. 7). Esses movimentos de mudança na concepção do espaço e das funções das reservas técnicas têm resultado na redefinição das reservas técnicas tradicionais e no surgimento de tipologias de reservas, como as reservas técnicas externas, compartilhadas, visitáveis e visíveis (Delavenays, 2012, p. 10). A definição do perfil de cada uma deve partir de um plano de gestão adequado aos anseios da instituição e das coleções e comprometido com as funções de salvaguarda e comunicação. Não há um único modelo.

Em fortalecimento a regulamentação da pesquisa e maior definição das atribuições aplicadas ao pesquisador, e das obrigatoriedades do órgão regulamentador é publicada a Portaria nº 007/88 em 1º de dezembro de 1988 (IPHAN, 1988). Em vigor esse instrumento apresenta em seus dispositivos artigos 11 e 12, as responsabilidades do desenvolvimento da pesquisa, destaque ao inciso II que,

II - Meios utilizados durante os trabalhos, medidas adotadas para proteção e conservação e descrição do material arqueológico, indicando a instituição responsável pela guarda e como será assegurado o desenvolvimento da proposta de valorização do potencial científico cultural e educacional (IPHAN, 1988, p. 3).

Em referência, IPHAN (2016b) aponta;

Os bens arqueológicos deverão permanecer sob a guarda da Instituição de Guarda e Pesquisa localizada na unidade da federação (UF) onde a pesquisa foi realizada (Art. 52). Para tal, sempre que necessário, o empreendedor deverá viabilizar espaço apropriado para guarda ou melhoria da instituição (IPHAN, 2016b, Art. 51, parágrafo único).

A funcionalidade das instituições de guarda e pesquisa, e a utilização do espaço como lugar de memória na construção social da identidade cultural da comunidade, assim como a extroversão do patrimônio, faz parte do processo evolutivo cultural, podem fortalecer o sentimento de pertencimento dos grupos sociais locais. Neste contexto de funcionalidade das instituições Padilha (2014) descreve:

(...) Essas instituições desempenham um importante papel social, cultural e administrativo em relação à comunidade da qual fazem parte. Recolher, tratar, transferir, difundir informações é objetivo comum das instituições de informação, preservação, cultura e memória (Padilha, 2014, p. 14).

Os processos evolutivos das legislações de proteção e das práticas de gestão do patrimônio cultural brasileiro vêm cada vez fortalecendo. O Centro Nacional de Arqueologia (CNA), criado em maio de 2009, é uma unidade especial vinculada ao Departamento de Patrimônio Material de Fiscalização (EPAM) e define a política nacional para o Patrimônio Arqueológico Brasileiro em todos os seus aspectos (IPHAN, 2017b).

Sobre o processo de musealização, a instrumentalização das instituições, e a gestão do acervo como prática de socialização cultural, para Bruno (2014) “Não se trata de mais uma tendência e sim da indicação de um equilíbrio mais adequado entre os campos da Arqueologia e Museologia”, como eixos geradores de ações patrimoniais.

Esses espaços possuem finalidades que são atribuídas aos grupos sociais tanto com uma função social, ou lugares de memória. Neste sentido, Cardini (1988, p. 3), sintetiza tal concepção segundo analogia de Halbwachs, como lugar de memória coletiva nos processos históricos afirmando que,

(...) a grande protagonista da história é a memória coletiva, que tece e retece, continuamente, aquilo que o tempo cancela e que, com a sua incansável obra de mistificação, redefinição e reinvenção, refunda e requalifica continuamente um passado que, de outra forma, correria o risco de morrer definitivamente ou de permanecer irremediavelmente desconhecido (Cardini, 1988, p. 3).

E que

As funções que as reservas desenvolvem estão diretamente ligadas à definição que lhes é atribuída. No manual *Museum Handbook*, por exemplo, a reserva técnica é considerada um espaço, mas também um processo contínuo que atende à tarefa de proteger e organizar as coleções enquanto estão armazenadas (Cumberland; Floray, 2012, p. 71 *apud* Pereira, 2017, p. 4).

Não tão novas são as ideias de gestão adequada das coleções arqueológicas. Essa preocupação transcorre de um amplo conjunto de ações, devendo ser uma pauta permanente entre os pesquisadores do patrimônio arqueológico, haja vista que tentativas de institucionalização das instituições de salvaguarda já ocorria.

Institucionalmente, a preocupação com a inventariação do nosso patrimônio encontra-se presente desde os primórdios do SPHAN. Em 1939, Rodrigo Melo Franco de Andrade já apontava para a necessidade desta ação, como pressuposto básico para a proteção do nosso patrimônio. Diz ele: '[...] torna-se necessário proceder pelo país inteiro a um inventário metódico dos bens que pareçam estar nas condições estabelecidas para o tombamento e, em seguida, realizar os estudos requeridos para deliberar sobre a respectiva inscrição'. Neste mesmo sentido, Lúcio Costa em seu Plano de Trabalho para a Divisão de Estudos e Tombamento da DPHAN11, escrito em 1949, ano no qual assume a direção da citada divisão, aponta para a necessidade vital, para o bom funcionamento da instituição, de coletas de informações para a especificação do 'acervo histórico-monumental de interesse artístico que nos incumbe preservar'. Coletas estas que se dividem entre aquelas 'de natureza técnico-artística' como as de um 'inventário de fotografias e plantas', somadas 'as decorrentes da observação direta' e as 'informações de natureza histórico-elucidativa'. A importância deste trabalho é tão grande que Lúcio não se furta em afirmar que, se fosse necessário não se: '[...] vexaria de recomendar a paralisação quase completa das obras em andamento e o cancelamento dos novos serviços [...] a fim de que as verbas da dotação anual do DPHAN fossem integralmente aplicadas, durante dois ou três exercícios Revista CPC, São Paulo, n. 16, p. 001-208, maio/out. 2013 122 consecutivos, nessa empresa de colheita e compilação maciça de informações – fundamento sobre o qual deverão assentar todas as iniciativas da repartição'. Só que, orientado por uma visão historicista do que devia ser considerado patrimônio nacional, ou seja, privilegiando os bens oriundos do nosso passado colonial, Lúcio compara esta coleta de informações com uma 'espécie de aventura que deverá ser levada a cabo sem pressa, com o espírito esportivo próprio dos caçadores'. A utilização da figura do 'caçador', não é, porém a mais apropriada para caracterizar o

trabalho do inventariante, pois, ‘diferente da ideia do explorador, já parte para a aventura sabendo o que deseja encontrar’ (12). Lúcio desobedece, pois, uma das regras fundamentais da inventariação, segundo Melot, a de que: ‘A resposta não é dada antes da questão. A escolha não é feita antes do inventário’ (Olender, 2010).

O inventário é uma das atividades fundamentais para o estabelecimento e priorização de ações dentro de uma política de preservação efetiva e gestão do patrimônio cultural, ele deve ser visto de acordo como cita (Yussef, 2013).

Sob o ponto de vista prático o inventário consiste na identificação e registro por meio de pesquisa e levantamento das características e particularidades de determinado bem, adotando-se, para sua execução, critérios técnicos objetivos e fundamentados de natureza histórica, artística, arquitetônica, sociológica, paisagística e antropológica, entre outros. Os resultados dos trabalhos de pesquisa para fins de inventário são registrados normalmente em fichas onde há a descrição sucinta do bem cultural, constando informações básicas quanto a sua importância histórica, características físicas, delimitação, estado de conservação, proprietário etc. (Miranda, 2008 *apud* Yussef, 2013, p. 122).

Diante da evolução de ações de guarda e proteção do patrimônio arqueológico brasileiro nas últimas décadas, no ano de 2016 o Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (IPHAN), publica a portaria nº 196 de 18 de maio de 2016, que estabelece normas e atribuições, para gestão do acervo arqueológico e sua manutenção. Esse dispositivo, “Dispõe sobre a conservação de bens arqueológicos móveis, cria o Cadastro Nacional de Instituições de Guarda e Pesquisa, o Termo de Recebimento de Coleções Arqueológicas e a Ficha de Cadastro de Bem Arqueológico Móvel” (IPHAN, 2016a) este último objeto de estudo.

Na página 1 da portaria nº196, o IPHAN, considera os dispositivos legais da Constituição Federal (CF) 1988 o artigo 216 (Brasil, 1988), da Lei 3.924 de 26 de julho de 1961 (IPHAN, 1961), do inciso III do art. 12 da Portaria IPHAN nº 07, de 01 de dezembro de 1988 (IPHAN, 1988), do capítulo V da IN nº 01, de 25 de março de 2015 (IPHAN, 2015) e das considerações da Carta sobre Proteção e a Gestão do Patrimônio Arqueológico, de 11 de outubro de 1990 (IPHAN, 1990).

Esta portaria dispõe sobre a conservação de bens arqueológicos móveis e cria o Cadastro Nacional de Instituições de Guarda e Pesquisa (CNIGP). Segundo este documento as “Instituições de Guarda e Pesquisa devem ser capazes de conservar, proteger, estudar e promover a extroversão dos bens arqueológicos, atendendo ao trinômio da pesquisa, conservação e socialização” (IPHAN, 2016a, p. 1).

O capítulo I apresenta as disposições gerais;

Art. 1º Aprovar as Recomendações para a Conservação de Bens Arqueológicos Móveis, na forma do Anexo I, que disciplinam os procedimentos adotados pelo Iphan, pesquisadores, Instituição de Guarda e Pesquisa e demais agentes envolvidos na gestão dos bens móveis arqueológicos.

Art. 2º Criar o Cadastro Nacional das Instituições de Guarda e Pesquisa – CNIGP.

Art. 3º Criar a Ficha de Cadastro de Bem Arqueológico Móvel na forma do Anexo II. Parágrafo único. O conjunto das fichas compõe o inventário de bens arqueológicos móveis conforme previsto no Inciso III do Art. 12 da 07/88 e na Instrução Normativa Iphan n.º 01/2015.

Art. 4º Criar o Termo de Recebimento de Coleções Arqueológicas na forma do Anexo III (IPHAN, 2016a, p. 1).

No capítulo II se institui o Cadastramento de Instituição de Guarda e Pesquisa em seus artigos 4º ao 10º e suas disposições legais do artigo 11º ao 13º, o artigo 14º publica e entra em vigor a portaria e suas normatizações, deixando os órgãos regulamentadores como responsáveis por homologar e fiscalizar as tratativas e seus anexos (IPHAN, 2016a).

No artigo 3º se dispõe que é preciso “Criar a Ficha de Cadastro de Bem Arqueológico Móvel na forma do Anexo II”. Parágrafo único: O conjunto das fichas compõe o inventário de bens arqueológicos móveis conforme previsto no Inciso III do Art. 12 da 07/88 e na Instrução Normativa Iphan n.º 01/2015 (IPHAN, 2016a, p. 2).

A ficha de cadastro de bem móvel é um recurso somado as outras atribuições, no processo de proteção e guarda ao patrimônio arqueológico brasileiro e das adequações das reservas técnicas. Ela é um instrumento de conservação e manutenção do patrimônio arqueológico cabe a instituição de guarda obedecer às atribuições sugeridas na portaria e seus anexos (IPHAN, 2016a).

A criação dos dispositivos e a normatização das instituições já cadastradas e detentoras de acervos arqueológicos deve se adequar quanto a gestão do acervo coletado e de imediato aplicar a partir da presente publicação dessa portaria, os critérios estabelecidos tanto para recebimento como para cadastro do acervo deve obedecer ao anexo II dessa portaria.

Toda instituição de guarda tem que adequar à nova normatização, por conseguinte o NARQ/UEG teve que atender essa solicitação. O recebimento de coleções após a publicação da portaria tem ocorrido dentro das normalidades, porém, as coleções advindas de projetos anteriores a essa publicação ainda carecem de regularização. Nesse sentido que essa proposta desenvolvida no programa de mestrado contribuiu.

O próximo tópico discute as obras realizadas na cidade de Goiás e o papel do NARQ/UEG na manutenção e guarda desses acervos.

1.1.1 As obras da cidade de Goiás e o Núcleo de Arqueologia da Universidade Estadual de Goiás - NARQ/UEG.

Nesse tópico é apresentada a trajetória de constituição do Núcleo de Arqueologia da Universidade de Goiás NARQ/UEG e sua trajetória ao longo de duas décadas de existência, suas ações com o acervo sob sua guarda e as atividades de extroversão com a comunidade do município onde está sediado, e com os municípios vizinhos. A seguir apresenta-se às obras de infraestrutura que a cidade de Goiás recebeu e seu papel na constituição de parte do acervo do NARQ e até mesmo questões como motivo de seu surgimento.

O Núcleo de Arqueologia da Universidade Estadual de Goiás surgiu no início dos anos 2000, conforme Portaria nº 2, de 14 de janeiro de 2004 (UEG, 2004), como uma instituição de guarda e pesquisa vinculada a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Estadual de Goiás. O NARQ/UEG, está sob responsabilidade técnica da arqueóloga Dra. Gislaíne Valério de Lima Tedesco.

Criado diante da necessidade de abrigar os acervos arqueológicos que foram coletados nas pesquisas realizadas durante as obras de infraestruturas, que o centro histórico da cidade de Goiás passou, com o objetivo de concorrer ao título de Patrimônio Cultural Mundial. Nessa fase, a cidade passou por inúmeras intervenções de subsolo para implantação da rede elétrica e de telefonia subterrânea, além da rede de coleta e transporte de esgoto. Tais ações foram acompanhadas por equipes de arqueólogas garantindo o cumprimento da legislação e a preservação do patrimônio arqueológico do sítio, colaborando no resgate da história e memória da população vilaboenses.

Recentemente através da Resolução CsU nº 796, de 14 de dezembro de 2016 o NARQ/UEG, passou por novas regulamentações nas competências, visando atender o princípio básico previsto na Portaria nº 196, de 18 de maio de 2016, quanto normatização para guarda e manutenção de acervos (IPHAN, 2016a; UEG, 2016). Na Figura 2 abaixo, trechos dessa publicação.

Figura 2 - Trechos da publicação do CsU 796 de 14/12/2016



Fonte: UEG (2016).

O NARQ é uma instituição de guarda e pesquisa registrada no Cadastro Nacional de Instituição de Guarda e Pesquisa/IPHAN, como apta a emissão de endossos e recebimento de pequenos acervos arqueológicos. Sob sua guarda o NARQ possui um quantitativo de 228.112 (duzentos e vinte oito mil cento e doze) artefatos e as principais tipologias que compõe as coleções do acervo são: cerâmica, lítico, cerâmica vidrada, grés, louça, vidro, metal e ossos. Conta com salas de laboratórios de pesquisa, curadoria de acervo e de exposições permanentes, além de uma reserva técnica com cinco (5) salas de guarda.

Ao longo da sua criação o NARQ/UEG emitiu quase 30 declarações de endosso, são mais de 16 projetos de pesquisa contemplados, no entanto nem todos resultaram em coleta de material. Para a contrapartida financeira dos projetos endossados é 5% (cinco por cento) da verba destinada ao projeto de arqueologia, o pagamento com vistas ao atendimento da legislação de proteção ao patrimônio arqueológico e/ou licenciamento ambiental, conforme o contrato ou endosso financeiro, devendo ser pago como condição à liberação do documento de endosso emitido por meio de termo de compromisso e responsabilidade.

Com o aumento de solicitações de endosso institucional e de pesquisas no Estado, houve a necessidade de regulamentação das competências do NARQ da UEG, sendo publicado em 1 de dezembro de 2016, a Resolução CsU nº 796, que estabelece atribuições ao NARQ, enquanto

núcleo de pesquisa e extensão. O artigo 2º estabelece as competências supracitadas ao NARQ, dentre elas podemos destacar os incisos IV, VI, VII e VIII, que legalizam o trinômio “pesquisa, conservação e socialização” conforme as considerações da portaria nº 196 apresentam:

- IV – Oferecer espaço, nas dependências do Núcleo de Arqueologia (NARQ/UEG), para a guarda e manutenção do material arqueológico proveniente de pesquisas realizadas pela UEG;
- VI - Utilizar o material arqueológico entregue aos seus cuidados para fins científicos, didáticos e em exposições, entre outras atividades com fins educacionais e culturais;
- VII - dar salvaguarda aos acervos arqueológicos constituídos a partir de projetos desenvolvidos pelo NARQ e outras instituições, caso solicitado endosso institucional;
- VIII - garantir a conservação e a segurança dos acervos sob a guarda da Instituição; (UEG, 2016, p. 1).

A partir deste documento e da legislação existente, pode-se traçar uma perspectiva sobre a preservação, conservação e socialização dos bens. Este instrumento aliado à portaria nº 196 e seus dispositivos vem garantindo que o acervo abrigado no NARQ/UEG, não tenha sucumbido ao descaso ou acaso que as políticas públicas fragilizadas concernem o nosso patrimônio.

Conforme (Tedesco; Carvalho, 2018), o NARQ/UEG tem desenvolvido atividades permanentes junto à comunidade local, recebendo visitas em suas dependências em parceria com as Secretarias de Educação do Estado e Município, além dos projetos de extensão com os alunos de graduação e pós-graduação do campus Cora Coralina e diversos projetos de educação patrimonial junto à comunidade. Além disso, ele desenvolve em suas instalações exposições permanentes que permitem a comunidade o contato com seu patrimônio. A equipe técnica participa com exposições itinerantes em eventos festivos como Festival Internacional de Cinema e Ambiental (FICA), Encontros de Arqueologia e História em parceria com as universidades, e projetos com as escolas da rede Estadual e Municipal (Tedesco; Carvalho, 2018).

Além das exposições também foi realizado palestras e cursos, bem como, a elaboração de um vídeo informativo e educativo sobre as atividades desenvolvidas pelo núcleo de arqueologia na cidade de Goiás, postais com peças representativas do acervo e catálogo SEBRAE. Foram concedidas, entrevistas em telejornais regionais e jornais impressos, informando a comunidade em geral sobre resultados das pesquisas (Tedesco; Carvalho, 2018). Diversas atividades e materiais foram elaborados e utilizados nas ações educativas como garantia da devolutiva social para a população, alguns destes materiais estão expostos abaixo:

Figura 3 - Folder utilizado nas ações de educação patrimonial NARQ/UEG

produzidos pelos negros escravizados na Vila dos séculos XVIII e XIX.

MAS O QUE É ARQUEOLOGIA?

Arqueologia é a ciência que estuda as sociedades passadas em seus diferentes aspectos através de tudo que foi confeccionado ou modificado pelo ser humano. Tudo que foi produzido pelo homem no passado é chamado de **CULTURA MATERIAL**. (NAIJAR, 2005) Tudo o que é material utilizado pelo homem é estudado pela Arqueologia para compreender o homem que viveu no passado.

No Brasil, o patrimônio arqueológico é considerado um bem da União protegido pela Lei federal nº 3924/1961. Portanto, a destruição ou retirada indevida de qualquer material de um sítio arqueológico, incluindo terra, constitui crime sujeito à pena de multa e detenção (Lei de Crimes Ambientais nº 9.605/98).

FICHA TÉCNICA
Coordenação
Gislaine Valério de Lima Tedesco

Pesquisa
Gislaine Valério de Lima Tedesco

Produção e Montagem
Aline Costa
Elias Alves de C. Filho
Gisela Rodrigues
Gislaine Valério de Lima Tedesco
Guilherme Teixeira Gomes
Jessica
Kamilla Siqueira
Maria Augusta Damasceno
Michely Lima
Mirja Chuequina Corro
Pollana Rodrigues
Rafael André
Ricardo Fube
Rene Carlos B. Soares
Valber Bessa

Editoração
Gislaine Valério de Lima Tedesco
Michely Lima
Mirja Chuequina Corro
Rene Carlos B. Soares



Exposição Arqueológica

“Vila Boa de Goiás: Reconstruindo o Passado Através da Cultura Material – Séculos XVIII e XIX”

Cidade de Goiás/2014

EXPOSIÇÃO ARQUEOLÓGICA “VILA BOA DE GOIÁS: RECONSTRUINDO O PASSADO ATRAVÉS DA CULTURA MATERIAL – SÉCULOS XVIII E XIX”

A exposição “Vila Boa de Goiás: Reconstruindo o passado através da cultura material – Séculos XVIII e XIX” do Núcleo de Arqueologia NARQ/UEG tem o objetivo de revelar parte da História das pessoas que viveram em Vila Boa de Goiás no passado, a partir de seus objetos encontrados nas escavações arqueológicas realizadas na cidade de Goiás.

A intenção é possibilitar a comunidade em geral uma releitura de sua História contribuindo para o fortalecimento do sentimento de identidade e pertencimento do Vilaoboense.

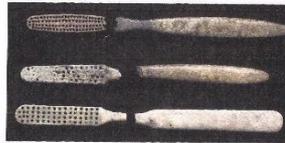


Escavação arqueológica. Av. Dom Prudentino, 2001

A exposição é composta por 06 vitrines e 06 banners onde estão expostos objetos que foram

Fonte: Tedesco (2014).

adquiridos e descartados pela população que viveu em Vila Boa de Goiás desde sua fundação.



Escova de dente em osso – século XIX – Acervo NARQ/UEG

VILA BOA DE GOIÁS

Vila Boa de Goiás surge com a descoberta do ouro as margens do rio Vermelho em 1727. As pessoas que para cá se deslocaram enfrentaram muitas dificuldades e privações nos primeiros anos. No entanto, ao longo do século XVIII inúmeros estabelecimentos comerciais foram se formando suprimindo a população de toda sorte de mercadorias de primeira necessidade e também objetos de luxo e ostentação.

Vários destes objetos foram encontrados nas escavações arqueológicas e podem informar sobre o cotidiano destes indivíduos demonstrando que a sociedade vilaoboense possuía alto padrão de consumo e estava

atualizada com as tendências civilizadoras de seu tempo.



Brasão Militar – Século XIX – Acervo NARQ/UEG

A PESQUISA ARQUEOLÓGICA NARQ/UEG

A pesquisa arqueológica realizada pelo Núcleo de Arqueologia da Universidade Estadual de Goiás – NARQ/UEG teve início em 2000 com o Projeto de Resgate Arqueológico nas obras de Adequação, da Cidade de Goiás, ao Título de Patrimônio Cultural da Humanidade.

As escavações arqueológicas ocorreram no Centro Histórico e atualmente percorre os demais Bairros da cidade. Foram coletados até o momento aproximadamente 150.000 fragmentos de objetos em vidros de remédios e perfumes, louças inglesas, portuguesas, francesas, chinesas, entre outras, metais, pedras lascadas (líticos) e os utensílios cerâmicos

Quadro 2- Ações de educação patrimonial no período de 2001 a 2004

TÍTULO DA EXPOSIÇÃO	LOCAL	DATA	PÚBLICO
Resgate Arqueológico da Cidade de Goiás – uma outra história sob os nossos pés	Palácio Conde dos Arcos – Cidade de Goiás - GO	De janeiro a março de 2001	Comunidade local e visitas monitoradas de escolas de ensino fundamental e médio
	IV FICA – UEG Cora Coralina – Cidade de Goiás - GO	junho 2001	Participantes do festival
	Espaço Cultural da Câmara dos Deputados Federais – Brasília – DF	novembro de 2001	Público em geral (funcionários, turistas, políticos).
Resgate Arqueológico das Obras Subterrâneas na Cidade de Goiás	Teatro São Joaquim – Cidade de Goiás - GO	julho de 2001	Participantes do Seminário de História Oral
Mostra Repensando Vila Boa	Espaço Cultural do Banco do Brasil da Cidade de Goiás – GO	dezembro de 2001	Participantes da comemoração da outorga do Título de Patrimônio da Humanidade e público em geral
	Museu da cidade de Natividade – TO	março de 2001	Comunidade local e visitas monitoradas dos alunos do ensino fundamental e médio
	IPHAN – Pirenópolis – GO	maio de 2002	Comunidade local, turistas e visitas monitoradas dos alunos do ensino fundamental e médio
	SBPC – Expociência – UFG – Goiânia - GO	julho de 2002	Participantes da 52º SBPC
Higienização em Vila Boa no século XIX	Simpósio Internacional do Caribe – MUBAN – Cidade de Goiás – GO	julho de 2002	Participantes do Simpósio
Resgate Arqueológico da Obra de Implantação da Adutora de Natividade	Museu da Cidade de Natividade - TO	De junho a dezembro de 2002	Comunidade local, turistas e visitas monitoradas de alunos do ensino fundamental e médio.

Fonte: Tedesco (2014).

Foto 1 - Exposição Arqueológica - Mostra Repensando Vila Boa 2001



Fonte: Tedesco (2014).

Figura 4 - Postais do acervo coletado utilizado para divulgação e ações de educação patrimonial



Fonte: Tedesco (2014).

O NARQ/UEG, ao longo de duas décadas tem almejado sua sede própria, na tentativa de criar um espaço adequado para guarda, conservação e a fruição dos bens. Em parceria com o IPHAN foi aprovado projeto para a construção da sede definitiva do NARQ com amplo espaço para a reserva técnica bem como, sala de exposição permanente, mini auditório e salas de aula, em uma área adjacente ao Campus Cora Coralina, junto ao Centro de Memória e Pesquisa.

Todo acervo arqueológico proveniente da cidade de Goiás, e em especial a louça, objeto dessa pesquisa, foram obtidos nas obras de adequação ao Título de Patrimônio Mundial que a cidade de Goiás passou a pedido da UNESCO⁴. Dentre as adequações se destacam, obras de

⁴ Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) é uma agência especializada das Nações Unidas (ONU) com sede em Paris, fundada em 4 de novembro de 1946 com o

telefonia e rede elétrica subterrânea (2000-2001) e a rede de esgoto (2000-2016). Para promover a preservação e o atendimento da legislação de proteção ao patrimônio arqueológico brasileiro foi implantado para cada obra um projeto de acompanhamento e resgate arqueológico.

A cidade de Goiás por seu contexto histórico de ocupação desde a segunda década do século XVIII é considerada um sítio arqueológico histórico e urbano. Localizado às margens do Rio Vermelho, o antigo arraial de Sant'Ana, hoje cidade de Goiás, Patrimônio Mundial da Humanidade está localizada a aproximadamente 140 km da capital, Goiânia, e surgiu durante o ciclo da mineração do ouro, em meados do século XVIII, auge do período mineratório na Região Central do Brasil. Os relatos da historiografia ditam que para essas bandas migraram inúmeros aventureiros em busca do tão sonhado *El dourado*, ocupando assim a Região Central do Brasil de maneira avassaladora (Pallacin, 1994).

Mapa 1 - Localização do Sítio Histórico Urbano Vila Boa de Goiás



Fonte: Tedesco (2014).

O Sítio Arqueológico Histórico Urbano Vila Boa de Goiás, foi pesquisado em sua totalidade por amostragem em sondagens de 1x1m de 10 em 10m. Entre os anos de 2000 a 2004 a pesquisa se concentrou no centro histórico, posteriormente algumas obras tiveram continuidade, atendendo as áreas adjacentes ao centro e áreas rurais que incorporaram a malha

objetivo com o objetivo de garantir a paz por meio da cooperação intelectual entre as nações, acompanhando o desenvolvimento dos países.

urbana. O volume de acervo coletado foi expressivo, seja nas ruas, nos becos e nos quintais, dentre eles cerâmicas, louças, vidros, metais, osso e duas ossadas humanas (Tedesco, 2009).

A rede de eletricidade subterrânea implantada no centro histórico teve como objetivo a retirada dos postes e de todo emaranhado de fios para a exposição das fachadas das edificações e da arquitetura colonial. A obra foi executada sob responsabilidade da Companhia Elétrica de Goiás e a subcontratada INELTO, que realizou abertura de valas para implantação da rede e abertura de solo para colocação das caixas de manutenção da rede elétrica. A equipe de arqueólogos e pesquisadores convidados acompanharam todas as atividades, recolhendo o material arqueológico encontrado e registrando as informações pertinentes a pesquisa (Callefi; Carvalho, 2001).

Foto 2 - Abertura de valas pela INELTO, para colocar caixas da rede elétrica



Fonte: Acervo NARQ (UEG, 2001). Abertura de valas pela empresa INELTO, para implantação da rede e abertura de solo para colocação das caixas de manutenção da rede elétrica.

A pesquisa arqueológica realizada na cidade de Goiás foi uma ação pioneira no Brasil, principalmente por ter sido realizada em todo seu Centro Histórico e também em áreas adjacentes ao centro. Foram escavadas e acompanhadas todas as áreas do sítio que sofreram impactos durante a realização das obras de embutimento da fiação de energia elétrica e telefonia e implantação da rede de esgoto (Tedesco, 2009).

As atividades de extroversão não cessam, e o inventário da coleção em louça, assim como a elaboração do catálogo, permitem que ações educativas possam ser desenvolvidas com a comunidade futuramente. Deste modo, conhecer seu patrimônio arqueológico contribui com sua manutenção, conservação e fruição.

1.2 PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO EM LOUÇA, MEMÓRIA E IDENTIDADE

Neste tópico, apresentamos uma discussão sobre o patrimônio arqueológico em louças e sua relação como a construção identitária de grupos sociais, em especial os que habitaram a antiga Vila Boa de Goiás nos séculos passados. Vejamos o quanto os elementos da nossa cultura material podem oferecer informações e indicar as relações sociais produzidas pela população.

As louças coletadas na pesquisa realizada no sítio Histórico Urbano Vila Boa de Goiás nos anos 2000-2001, durante a implantação da fiação subterrânea de energia elétrica gerou um acervo arqueológico bem expressivo, do qual, podemos apresentar alguns dados de comportamento social. Suas particularidades nos possibilitam entender e indicar hábitos e costumes da sociedade vilaboenses através do uso desses artefatos no cotidiano.

A população brasileira, segundo Lima (1993) não só importou produtos como também elegeu a Europa como um modelo de comportamento social a ser seguido. Em Vila Boa de Goiás, este quadro se repete. Por toda a cidade a presença da louça nas escavações em alta densidade, evidencia uma sociedade preocupada com os padrões de comportamento ditado pelos europeus, principalmente os franceses e ingleses (Callefi, 2001). Desse modo,

As louças encontradas em contexto arqueológico estão entre os principais vestígios exumados de sítios arqueológicos históricos. Devido a sua alta densidade, diversidade de formas, decorações e pastas, este material apresenta um enorme potencial interpretativo que vem sendo explorado por arqueólogos de diferentes orientações teóricas e em uma ampla gama de vias de pesquisa, fundamentadas em problemáticas distintas, como relações de poder, gênero, discursos ideológicos, construções de identidade, análise de classes e status sócio-econômicos (Symanski, 1998, p. 165).

Em todas as áreas escavadas na cidade de Goiás, foram observadas uma variedade e densidade de objetos importados. Essa presença ganha especial destaque principalmente daqueles produzidos no século XIX, pois a Província de Goiás, neste período, foi descrita pela historiografia goiana durante muito tempo, como sendo uma região isolada e com inexpressivas atividades comerciais. Todavia, a densidade de produtos importados, do referido período, não deixa dúvida que os dados dos documentos oficiais ocultaram, por algum motivo as relações comerciais existentes em Vila Boa de Goiás (Carvalho, 2003). Tedesco (2012) nos diz que “esse cenário de crise econômica promoveu um maior investimento em melhorias das construções das áreas públicas e religiosas, visando impedir o refluxo da população”. Portanto, era necessário manter certo padrão social mesmo diante do esvaziamento da Vila pós-ciclo aurífero.

Com o fim da mineração e a crise econômica que Goiás viveu, as atividades agro-pastoris suportaram o embate da crise econômica e conservaram as possibilidades mercantis, numa população que crescia vegetativamente mesmo sem o embalo dos estímulos anteriores (Tedesco, 2012, p. 54).

Nas atividades comerciais, segundo Callefi (2000), apesar da “crise econômica e da diminuição das relações comerciais, que Goiás viveu, após o fim da mineração pode afirmar que a população não excluiu de seu cotidiano a prática de consumo e trocas comerciais”. A necessidade de consumo segundo Salles (1992, p. 122 *apud* Tedesco; Carvalho, 2018) era atendida pelos vários estabelecimentos comerciais existentes em Vila Boa, dos quais destacam “33 lojas de fazenda seca, 27 armazéns de molhados e 99 tabernas e venda” que ofereciam a população desde o básico ao luxo. Fato esse, que mesmo não ficando nas rotas comerciais, a população de Vila Boa não se viu desprovida de víveres e outros bens de consumo, ademais fortalecida pela permanência de membros da coroa na Vila, manteve-se o acesso a mercadorias vinda do litoral. No próximo tópico falaremos dessa relação entre objetos arqueológicos e as relações interpostas na construção da memória e identidade dos grupos sociais.

1.2.1 A representação da cultural e material na construção da memória e identidade

A Arqueologia através da cultura material tem como objetivo compreender como ocorreu o modo de vida dos nossos antecessores. Desse modo, a cultura material, corresponde essencialmente, aos fragmentos de diversos artefatos cerâmicos, bem como os vítreos, férreos, as louças, entre outros vestígios, produzidos e até mesmo, usados ou descartados por grupos diversos, os quais viveram em determinada localidade que é anterior a uma nova ocupação. Logo, acredita-se que ela

Pode ser considerada, portanto, como sendo “uma linguagem não-verbal que transmite, armazena e preserva o conhecimento social, constituindo um meio simbólico que orienta os indivíduos no ambiente natural e social (Medeiros, 2005, p. 8).

Diante disso, convém salientar que a cultura material é vista através de artefatos, das crenças, valores, ideias, atitudes até mesmo, diferentes suposições no que se refere, a uma determinada comunidade ou uma sociedade de um determinado tempo.

A bibliografia recente sobre memória tem investigado de maneira fragmentária e tímida o papel central dos objetos materiais. A expressão cultura material refere-se a todo segmento do universo físico socialmente apropriado. Aqui, no entanto, para simplificar, falar-se-á sobretudo do artefato, que é apenas um dos componentes – dos mais importantes, sem dúvida – da cultura material.

Naturalmente, os traços materialmente inscritos nos artefatos orientam leituras que

permitem inferências diretas e imediatas sobre um sem-número de esferas de fenômenos. Assim, a matéria prima, seu processamento e técnicas de fabricação, bem como a morfologia do artefato, os sinais de uso, os indícios de diversas durações, e assim por diante, selam, no objeto, informações materialmente observáveis sobre a natureza e propriedades dos materiais, a especificidade do saber-fazer envolvido e da divisão técnica do trabalho e suas condições operacionais essenciais, os aspectos funcionais e semânticos – base empírica que justifica a inferência de dados essenciais sobre a organização econômica, social e simbólica da existência social e histórica do objeto. Mas, como se trata de inferência, há necessidade, não apenas de uma lógica teórica, mas ainda do suporte de informação externa ao artefato. Maior necessidade, ainda, haverá se reconhecermos que no artefato não é ‘an inert, passive object, but an interactive agent in sociocultural life and cognition (...) the signification of the artifact resides in both the object as a self-enclosed material fact and in its performative, ‘gestural’ patterns of behavior in relation to space, time and society’. Daí a importância da narrativa e dos discursos sobre o objeto para se inferir o discurso do objeto. contrário, são fontes excepcionais para se entender a sociedade que os produziu ou reproduziu enquanto, precisamente, objetos históricos (Meneses, 1998, p. 91).

Nessa narrativa a autoria infere um discurso sobre a importância dos objetos como fontes para entendermos a sociedade e descrevem alguns indícios das particularidades inscritas nos objetos, principalmente aqueles com valores históricos, o que nos leva a entender os artefatos na interação social. Para entender essa relação objetos (cultura material) como repositório e fontes de entendimento das relações da sociedade, que se busca aqui, traçar uma discussão por meio da abordagem histórica e conceitual.

No século XIX, o Brasil abriu seus portos para às nações amigas e com isso, “torna-se mercado consumidor dos produtos da Europa, que nessa época vivia o auge da expansão industrial e desenvolvimento capitalista” (Araújo; Carvalho, 1993, p. 81). Com a diversificação nos bens de consumo, os ingleses e as novas camadas urbanas começaram a adaptar o seu comportamento social, às novas condições, na aquisição de produtos antes restritos as elites rurais, pois:

[...] Foram introduzidos tecidos finos, como sedas, tafetás, rendas e bordados; joias, leques, diademas e pentes para os cabelos, estes últimos indispensáveis à moda dos coques de palmo e meio de altura, os chamados ‘trepamoleques’; perfumes, cremes, óleos e loções para o cabelo e para a pele tornam-se imprescindíveis à toailete, tanto feminina quanto masculina, refinando a aparência da população urbana. Os interiores das residências, antes despojados, recobrem-se de papéis de parede; cristais e vidros, faianças e porcelanas são incorporados ao acervo doméstico; os pesados móveis coloniais são substituídos por mobiliário francês e inglês, e o piano torna-se peça fundamental nos lares cariocas (Lima *et al*, 1989, p. 207).

Neste cenário, Lima *et al* (1989) postula que antes da louça, chegaram no Brasil os produtos ingleses e os franceses. A porcelana francesa, por exemplo, agradou sobremaneira as camadas altas, enquanto a faiança fina inglesa foi produzida em grande escala de modo que, o seu preço mais acessível a inseriu rapidamente no cotidiano da população que possuía um

médio poder aquisitivo. Com isto, aspirando “vender mais e por um custo razoável, os ceramistas ingleses optaram pela adoção de novos motivos decorativos, adequados as suas novas ambições” (Lima *et al.*, 1989, p. 207).

Neste cenário, nota-se que as louças eram subdivididas visando atender as necessidades dos consumidores locais onde se fabricava para o comércio, inclusive,

As faianças de uso interno marcaram o estabelecimento desse produto em Portugal e datam do final do século XVI até o término do século XVIII. Estavam voltadas para atender a demanda do mercado interno lusitano e de suas colônias, e se caracterizam pela sua popularidade, com formas simples e decorações de motivos singelos (Silva, 2006, p. 96).

As louças que tinham por foco a exportação, visavam atender uma demanda fora do local de sua produção, essas possuíam ainda uma tipologia variada, pois eram elaboradas e inspiradas nas porcelanas que eram trazidas da China e demonstravam essencialmente um cuidado mais apurado no decorrer da sua confecção (Silva, 2006).

Além disso, as louças de exportação chegavam aos diversos lugares e isto, proporcionava uma cultura de consumo dentre as pessoas, no entanto, nem todos poderiam tê-las e, em diversas ocasiões, eram utilizadas como sinônimo de poder econômico para determinados grupos sociais. No cenário brasileiro, por exemplo, as

Mudanças nos padrões de comportamento social e diversos costumes começam a ser incorporados dentro das famílias brasileiras, principalmente nas que dispunham de um maior poder aquisitivo. Percebe-se uma tentativa por parte destas em emular as elites europeias consumindo os produtos industrializados, produzidos em larga escala pela revolução industrial que acontecia na Europa e buscava mercados consumidores para seus produtos (Barbosa, 2012, p. 17).

Diante dessa colocação convém salientar que a faiança fina inglesa foi responsável por conquistar o mercado brasileiro pelas técnicas decorativas e qualidade, e também, pela diversidade de padrões que englobavam desde a “chinoiserie - louças com decorações de influência oriental - a cenas bucólicas de paisagens inglesas” (Barbosa, 2012, p. 17).

Dessa maneira, percebe-se que é importante falar sobre as louças em Sítios Arqueológicos Históricos, para que ocorra essencialmente a compreensão das práticas cotidianas do passado, uma vez que

Um dos elementos mais utilizados pelos arqueólogos para o entendimento do cotidiano é, justamente, a louça que de modo geral, permite o aprofundamento no entendimento do passado, ampliando as bases para a sua compreensão e cooperando para o entendimento das práticas cotidianas da coletividade de sua época (Silva, 2009, p. 21).

Nessa direção, Soares (2011, p. 9) postula que:

As louças são interpretadas como indicadoras do comportamento de consumo dos indivíduos que as adquiriram. Podem ser utilizadas para se compreender o status social, comportamento de consumo, o nível material de um determinado grupo social. De modo geral, através do estudo da louça é possível se ter acesso a dados que evidenciem e revelem determinados comportamentos. Pois, as escolhas de consumo do indivíduo refletirão os gostos dessa coletividade.

Nota-se que o patrimônio arqueológico no cenário brasileiro se configura como sendo um patrimônio nacional que coloca em pauta a experiência humana, em sua imensa diversidade. Ele é responsável por produzir acúmulo de registros, os quais testemunham e ao mesmo tempo, são responsáveis por indicar os possíveis caminhos a serem trilhados em prol da memória e da cultura de um povo.

Conforme Woodward (2000, p. 12), a “redescoberta do passado é parte do processo de construção de identidade, uma vez que é por meio dos antecedentes históricos que as identidades também se estabelecem”. Em outras palavras, isto quer dizer que a simples busca de elementos do passado para afirmar identidades, pode vir a produzir novas identidades.

Neste sentido, Hall (2005) endossa que:

Reportando-se ao discurso da cultura nacional, estabelece que tal discurso constrói identidades que são colocadas, de modo ambíguo, entre o passado e o futuro, equilibrando-se entre a tentação por retornar a glórias passadas e o impulso por avançar ainda mais em direção à modernidade, numa clara tentativa de se restaurar identidades passadas (Hall, 2005, p. 56).

Diante da colocação acima, nota-se que as noções de memória, se configuram como sendo um processo que viabiliza, sobretudo, a percepção e até mesmo, a possibilidade de se construir uma identidade cultural que traga aspectos importantes do presente para o passado.

Corroborando com os pensamentos de Hall sobre a memória, o sociólogo francês Maurice Halbwachs (2006, p. 91) esclarece que ela consiste na reconstrução do passado “com a ajuda de dados emprestados do presente e, além disso, preparada por outras reconstruções feitas em épocas anteriores e de onde a imagem de outrora se manifestou já bem alterada”.

Essa definição de Halbwachs nos permite entender que o referido autor toma como ponto de referência, para os seus estudos, os contextos sociais reais, o qual visa explicitar como ocorre o processo de reconstrução que “é a memória, tendo por questão central estabelecer a distinção entre o que denomina memória individual e memória coletiva” (Woodward, 2000, p. 12).

A impressão do indivíduo se baseia na própria lembrança e nas lembranças de outros, de modo a ocasionar uma maior confiança no que se refere a exatidão da sua recordação, porque ao se recordar em comum, os fatos tendem a assumir maior importância. Isto ocorre, porque os indivíduos acreditam “estar revivendo-os com maior intensidade, ainda que cada um, individualmente, evoque o que é lembrado em circunstâncias diversas, embora relacionadas aos mesmos eventos” (Woodward, 2000, p. 12).

Logo, na concepção de Halbwachs (2006, p. 31), não é necessário que as pessoas “estejam presentes materialmente, pois para confirmar ou recordar uma lembrança, não são necessários testemunhos no sentido literal da palavra, ou seja, indivíduos presentes sob uma forma material e sensível”.

Diante disso, se percebe que para este autor, as lembranças permanecem coletivas de modo que a todo instante, estas são lembradas pelos outros, posto que nenhum indivíduo esteja só. Assim, para Halbwachs (2006) existe uma hierarquização da memória coletiva em decorrência da individual, a qual é constituída por meio da primeira (Oliveira; Simões, 2009).

Halbwachs (2006, p. 32) acredita que:

Imagens transformadas em lembrança e impostas pelo coletivo modificam a impressão do indivíduo acerca de determinado fato. Todavia, tais imagens talvez não reproduzam muito exatamente o passado, sendo a lembrança individual a mais exata. Da mesma forma, inversamente, a lembrança coletiva poderá ser a mais exata, ajudando a corrigir distorções da lembrança individual, concomitantemente se incorporando a esta (Halbwachs, 2006, p. 32).

Ainda segundo Halbwachs, a memória não é um fenômeno individual, ou seja, algo próprio da pessoa. Em sua concepção, ela deve ser também entendida como sendo um fenômeno coletivo ou social, o qual é construído coletivamente e sujeito a diferentes e constantes transformações. Assim, ao se abordar a memória coletiva para a construção das identidades, Hall (2005) postula que:

As culturas nacionais – compostas de instituições culturais, símbolos e representações – constroem identidades toda vez que produzem sentidos sobre a nação (comunidade simbólica). Tais sentidos possibilitam as identificações humanas, influenciando e organizando as ações e a concepção que as pessoas têm de si mesmas; são obtidos justamente por meio das narrativas contadas sobre a nação, da memória que entrelaça o presente com o seu passado, e das imagens dela construídas (Hall, 2005, p. 9).

Diante dessa colocação, entende-se que a identidade cultural seja vista como sendo um conjunto de traços psicológicos, que representam o modo de ser, sentir e agir, que são próprios e exclusivos de um determinado grupo, que o individualiza e também o identifica. Entretanto, Stuart Hall (2005), alerta que o sujeito que “outrora possuía uma identidade unificada e

estanque, está se tornando fragmentado e constituído de várias identidades, por vezes contraditórias ou não resolvida” (Oliveira; Simões, 2009, p. 9).

Em outras palavras, nota-se que para Hall (2005) a identidade do sujeito não se define de forma biológica, mas historicamente, pois ele assume as identidades distintas em diversos momentos da vida, ao passo que é interpelado e representado, conforme os próprios cursos das sociedades modernas, que vivem em permanente mudança.

Diante disso, Hall (2005) ainda alerta que o sujeito ao possuir uma identidade unificada e ainda estanque, se torna um fragmento constituído de várias identidades, as quais podem ser contraditórias, ou, não resolvidas. Ademais,

A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. Ao invés disso, à medida que sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, cada uma das quais poderíamos nos identificar – ao menos temporariamente (Hall, 2005. p. 13).

Desse modo, pode-se vislumbrar a indagação de Hall sobre as estratégias representacionais que estão relacionadas com as culturas nacionais, uma vez que estas são formuladas para construir o senso comum, no que se refere ao pertencimento, ou, até mesmo a identidade nacional. Este autor, abandona a percepção do indivíduo, enquanto um sujeito fechado em si.

Entretanto,

O sujeito ainda tem um núcleo ou essência interior que é o ‘eu real’, mas este é formado e modificado num diálogo contínuo com os mundos culturais exteriores “e as identidades que esses mundos oferecem”. A identidade, nessa concepção sociológica, preenche o espaço entre o „interior “e o” exterior – entre o mundo pessoal e o mundo público”. [...] A identidade, então, costura (ou, para usar uma metáfora médica, „sutura “) o sujeito à estrutura. (Hall, 2005, p. 11-12).

Nas colocações de Hall (2005), essa mudança na forma de perceber o sujeito e a sua identidade são provenientes do surgimento da noção de individualidade. Assim, para este autor, o homem liberta-se do jugo da Igreja e “seus dogmas e passa a ser seu próprio soberano, não dependendo mais da divindade: a valorização da racionalidade erige o homem ao centro do conhecimento” (Hall, 2005, p. 13).

Seguindo a este panorama, observa-se que “a identidade se torna uma ‘celebração móvel’ formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam. É definida historicamente, e não biologicamente” (Hall, 2006, p. 13).

Para Gagnebin (2006):

A identidade pode ser observada por meio da compreensão da história dos sujeitos, para isso o pesquisador precisa se deter nos rastros que foram deixados no passado. A memória dos indivíduos faz parte desses rastros, o que nos auxiliam, a saber, quem nós somos (Gagnebin, 2006, p. 47).

Diante dessa colocação, compreende-se que a história consiste em uma reconstrução do passado que ocorre a partir dos elementos que são deixados. Ela tem como objetivo manter viva a memória das pessoas e deixar registros, rastros, os quais permitam que a lembrança possa estar sempre presente, “mas é tarefa do historiador transmitir o inenarrável, manter viva a memória dos sem-nomes, ser fiel aos mortos que não puderam ser enterrados” (Gagnebin, 2006, p. 47)”.

Neste sentido, acredita-se que:

Para conhecer a identidade de um grupo social precisam-se buscar rastros e memórias que ajudem a narrar os fatos que envolvia aquele grupo, nunca saberemos a verdade realmente de como aconteceu, pois o que ocorre é uma reconstrução do passado, mas teremos um conhecimento com relação ao grupo que nos debruçamos a pesquisar (Gagnebin, 2006, p. 48).

Diante dessa colocação, nota-se que a identidade não é estática, pois ela sempre muda, uma vez que a identidade de um grupo nem sempre permanece da mesma maneira no decorrer dos anos. E por falar na importância da preservação da memória e da identidade, convém salientar que o conhecimento em torno do acervo de louças é crucial para os diversos segmentos sociais, ou até mesmo, para as instituições, para que se construa sua identidade e possa definir a sua atuação em relação a sociedade em que vive e estabelece as suas práticas cotidianas.

Desse modo,

A louça, enquanto item da cultura material, não explica a totalidade do universo social, mas, dentro de seus limites, reflete aspectos importantes. Ela é em si a manifestação material de fenômenos do processo social e a partir dela podemos lê-los, por que eles estão inscritos nela, tomando-a fecunda como fornecedora de informação sobre o passado. Além disso, a louça, por sua substância material, é uma fornecedora de dados diferenciados e inéditos sobre o passado, em relação ao universo de fontes tradicionalmente disponíveis (Carvalho, 2003, p. 7).

Diante do exposto, percebe-se que a louça, de suas permanências e mudanças no decorrer do tempo, reflete nos comportamentos que são herdados na sociedade e nos fenômenos de adaptação, resistência, ou até mesmo, nas invenções diante das novas intervenções. A louça integra, sobretudo, o universo das relações sociais, participando de “toda a sua dinâmica, não

de forma passiva, como produto destas relações, mas também como matriz, agente ativo que participa e interfere na construção da realidade” (Carvalho, 2003, p. 7).

É neste cenário, que o estudo da louça e a gestão do acervo, possibilita vislumbrar as necessidades, os confrontos e os valores, bem como, as influências e as interferências de outras culturas. Dessa maneira, acredita-se que:

Imanente da louça é somente o seu atributo físico, sua matéria e forma. A sua função e os significados atribuídos a ela são instáveis, mutáveis no tempo e no espaço. Os sentidos são atribuídos pela sociedade e como a louça age ativamente em meio às relações sociais, ela toma-se vetora, interferindo, reciclando, mudando e produzindo novos e diferentes sentidos. Por outro lado, as mudanças, confrontos e interferências também se refletem nela, modificando-a (Carvalho, 2003, p. 7).

Diante dessa colocação, nota-se que as louças fazem parte da historiografia, memória cultural e na construção da identidade de um povo, de modo que a memória e a construção da identidade de determinados grupos são fortalecidas essencialmente a partir do momento que a comunidade utiliza seus elementos, seus bens e sua trajetória histórica e cultural para construção de sua identidade social (Pollak, 1992).

Neste sentido, pode-se entender, que a construção social da identidade cultural da comunidade e a da apropriação dos bens como parte do processo evolutivo cultural fortalece a busca de reforçar o sentimento de pertencimento. Dessa maneira, entende-se que a memória ao ser vista como uma operação coletiva dos acontecimentos e das “interpretações do passado que se quer salvaguardar, se integra em tentativas de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades” (Pollak, 1989, p. 3).

A memória é vista como sendo um elemento constituinte do sentimento de identidade, seja ela individual ou coletiva, “na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si” (Pollak, 1992, p. 4).

Posto isto, a louça, enquanto, um elemento material da cultura “se apresenta como uma fonte que, ao contrário dos registros escritos, não pode ser distorcida segundo os interesses e valores das pessoas que a produziram” (Symanski, 1998, p.15), sendo por este motivo que se evidencia os diferentes aspectos que são reveladores na vida em sociedade.

Desse modo, ao falar sobre a valorização da identidade e memória, não se pode deixar de mencionar que a cultura material é vista como sendo um elemento central na construção social dos grupos. Assim, conforme Lima (2011):

A cultura material é produzida para desempenhar um papel ativo, é usada tanto para afirmar identidades quanto para dissimulá-las, para promover mudança social, marcar diferenças sociais, reforçar a dominação e reafirmar resistências, negociar posições, demarcar fronteiras sociais e assim por diante. Não há como reverter essa condição, que torna a cultura material, de fato, a dimensão concreta das relações sociais (Lima, 2011, p. 21)

Os objetos arqueológicos contribuem com o fortalecimento identitário desses grupos sociais, e o fortalecimento do sentimento de pertencimento. As louças contribuem diretamente, pois constituem fortes indicadores dos grupos que viveram nos séculos passados, remarcam tempos e elementos sociais. Para Meneses (1998, p. 91-92) “os objetos materiais funcionam como veículos de qualificação social. No entanto, deve-se notar que essas funções novas não alteram uma qualidade fundamental do artefato: ele não mente”.

A pesquisa arqueológica e os resultados alcançados até o momento nas escavações realizadas no Sítio Histórico Vila Boa de Goiás, tem fornecido dados sobre o comportamento social da população que viveu nos séculos passados, e contribuído com a construção identitária dos grupos locais (Tedesco; Carvalho, 2018). A Arqueologia é atualmente conceituada como produtora do conhecimento sobre o passado humano a partir da pesquisa dos vestígios materiais da cultura de todas as sociedades e de todas as épocas. Kern (2017) “E é ela que pode garantir um futuro ao nosso passado, ou seja, à humanidade dos homens no tempo”.

No próximo capítulo é apresentado a pesquisa realizada e todo processo de gestão do acervo em louça do projeto de implantação da fiação subterrânea de energia elétrica. Expõe os resultados dessa ação de gestão e devolutiva a comunidade.

1.2.2 Metodologia aplicada na pesquisa

Desse modo, salienta-se que inicialmente para a execução deste estudo recorreu-se a uma pesquisa qualitativa bibliográfica, iconográficas e as fontes arqueológicas. Em relação à abordagem qualitativa, oferece três diferentes possibilidades de se realizar uma pesquisa, como por exemplo, à pesquisa documental, o estudo de caso e até mesmo, a etnografia. Segundo esta perspectiva,

Um fenômeno pode ser melhor compreendido no contexto em que ocorre e do qual é parte, devendo ser analisado numa perspectiva integrada. Para tanto, o pesquisador vai a campo buscando / captar o fenômeno em estudo a partir da perspectiva das pessoas nele envolvidas, considerando todos os pontos de vista relevantes. Vários tipos de dados são coletados e analisados para que se entenda a dinâmica do fenômeno (Godoy, 1995, p. 21).

As pesquisas bibliográficas são aquelas que possuem como preocupação central identificar os fatores que determinam, ou, que contribuem para a ocorrência dos fenômenos. Ela consiste no passo inicial para que ocorra a construção efetiva do que diz respeito, ao processo de investigação. Diante disso, Bortoni-Ricardo (2011) diz que ela busca compreender, sobretudo, o significado que os acontecimentos possuem para os indivíduos em situações particulares, de modo a enfatizar a relevância da interação simbólica, bem como, da cultura para a compreensão do todo.

Fez-se ainda uma análise do material que foi coletado por meio de processo rigoroso, no que se refere as fases definidas por Bardin (2011), tais como: Pró-análise; Exploração do material e Tratamento dos resultados. Nessa perspectiva, convém salientar que a análise do conteúdo, as categorias são vistas como rubricas, ou, como sendo classes, as quais agrupam determinados elementos que reúnem características normais.

De acordo com Bardin (2011) o processo relacionado à análise de conteúdos permite que ocorra a junção de um número extremamente significativo, no que se refere as informações que são organizadas em duas etapas: a primeira é inventário, neste se isola os elementos comuns. O segundo é a classificação em que se pode dividir os elementos que se impõem em uma determinada organização.

Conforme a perspectiva de Bardin (2011) a análise de conteúdo é entendida como sendo uma técnica metodológica, a qual pode ser aplicada por meio de discursos diversos que possua diferentes formas de comunicação. Nesta análise, o pesquisador/a visa compreender as características reais das estruturas, bem como, dos modelos que se encontram por trás das diferentes mensagens.

No que se refere a pesquisa documental, ela se utiliza fontes primárias, isto é, “dados e informações que ainda não foram tratados científica ou analiticamente. A pesquisa documental tem objetivos específicos e pode ser um rico complemento à pesquisa bibliográfica” (Godoy, 2000, p. 2).

O primeiro passo foi efetuar as visitas às dependências do NARQ/UEG, onde se localizou toda documentação produzida durante a pesquisa de campo 2000-2001 (fichas, diários, fotografias, mapas, relatórios etc.); logo após efetuou a triagem da documentação (identificar as áreas da pesquisa, quantitativo de acervo, eventuais ruas pesquisadas); análise de toda a documentação.

Em segundo momento o registro fotográfico (sequência de identificação do acervo), as peças foram organizadas iniciando com as bordas, bases, paredes com decoração, asa, alça apêndices, paredes sem decoração e grês, cada fragmento foi colocado obedecendo a essa

ordem. Em relação às fotografias foi preciso que todo espaço fosse adequado para que as imagens ficassem legíveis. À medida que as imagens eram feitas anotava-se na caderneta o quantitativo de peças em cada categoria e a quantidade total.

O próximo passo foi o preenchimento da ficha de cadastro dos bens móveis, anexo II da Portaria n°196 de 18 de março de 2016. A ficha conta com 20 itens que vai desde a localização do sítio, a tabela de acervo de acordo com suas classes, acervo fotográfico, e estado de conservação. Foram produzidas 352 folhas de inventário de 44 ruas pesquisadas, um total de 5.424 fragmentos de louças. Desse total foram selecionados 30 fragmentos para elaboração de um catálogo de louças para fins didáticos.

No próximo capítulo é apresentado os resultados obtidos na gestão do acervo das louças

2 O INVENTÁRIO DOS BENS ARQUEOLÓGICOS SOB A GUARDA DO NÚCLEO DE ARQUEOLOGIA

Este capítulo apresenta um diálogo sobre o inventário do acervo arqueológico de louça assim como, o resultado da pesquisa, do cadastro dos bens arqueológicos móveis em louça coletados na pesquisa de implantação da rede de fiação subterrânea de distribuição de energia elétrica, realizada no ano 2000-2001, e que encontra sob guarda institucional do Núcleo de Arqueologia da Universidade Estadual de Goiás. Esta pesquisa apresenta os resultados alcançados na gestão desse acervo.

2.1 O INVENTÁRIO DO ACERVO

Os inventários possuem a sua origem na constituição do campo da preservação do patrimônio referente ao século XVIII, sobretudo, na construção dos Estados Nacionais. Nessa época surgiram modos de se produzir um novo saber, usando a coleta e até mesmo, a sistematização de informações, as quais obedeciam a determinados padrões e até mesmo, repertórios de dados passíveis “de análises e classificações, e se constituem até hoje como instrumentos de identificação, valorização e proteção dos bens como patrimônio cultural” (Motta; Rezende, 2016, p. 8).

Nesse sentido, salienta-se que na trajetória das práticas de preservação, o conceito do termo inventário é considerado como a chave, pois este remete à conceituação do que seja o patrimônio cultural, já que

Ao produzir conhecimento sobre o universo de bens culturais, os inventários podem justificar a seleção de determinados bens como patrimônio cultural e sua proteção pelo poder público. Como a conceituação de patrimônio é dinâmica e passa por transformações ao longo do tempo, os trabalhos de inventário representam estratégias diferentes para atribuição de valor, pressupondo uma base sistemática de registro de informações, mais ou menos complexa, dependendo das diferentes concepções adotadas, de períodos históricos distintos, dos territórios delimitados e da diversidade de tipos de bens estudados (Motta; Rezende, 2016, p. 8).

O termo inventário, conforme a sua etimologia é originário do latino *inventarium*, “com o sentido de ‘achar’ ou em outras palavras pôr à mostra, dar a conhecer” (Houaiss, 2016, p. 2). Desse modo, a palavra inventário se encontra associada ao termo patrimônio, pois é entendido como sendo um conjunto de bens, os quais, pertencem a alguém, seja herdado ou até mesmo, adquirido. No caso do patrimônio cultural, acredita-se que inventariar os bens significa produzir

um conhecimento que prioriza o estabelecimento de critérios, dos pontos de vista e dos recortes referentes a determinados universos sociais e também territoriais (Motta; Rezende, 2016, p. 8).

Diante disso, nota-se que os inventários consistem como instrumentos de preservação que buscam diretamente identificar as manifestações culturais e os bens de interesse de preservação que estejam relacionados à natureza imaterial e a material. O seu principal objetivo é compor um banco de dados que possibilite a valorização e, ao mesmo tempo a salvaguarda, o planejamento, à pesquisa, e o conhecimento de potencialidades na educação patrimonial.

Convém salientar que:

Os inventários sempre foram instrumentos para a preservação dos bens culturais, o que se verifica é que o processo metodológico dos inventários foi sofrendo alterações juntamente com as alterações de reconhecimento do patrimônio. A necessidade cada vez mais ampliada de conhecer e reconhecer os bens culturais e a ampliação sobre as questões simbólicas que exercem sobre eles fizeram com que os inventários tomassem as proporções necessárias para a salvaguarda do patrimônio, ou seja, a medida em que se amplia a percepção sobre o patrimônio se amplia também importância dos inventários (Carvalho; Amaral, 2011, p. 1).

Desse modo, essa ferramenta para a preservação é uma técnica elaborada quando se considera os signos incluídos pela sociedade, pela economia, bem como pela história. Assim,

A complexidade dos inventários deve acompanhar a complexidade da evolução do contexto urbano em que se inserem e de toda a evolução social, econômica e cultural, entendendo esse processo de evolução mutável e integrado. Sendo assim é fundamental a ação conjunta dessas disciplinas para uma leitura e um entendimento mais preciso sobre eles, constituindo assim numa documentação que auxilia as propostas de preservação e valorização do patrimônio em sua relação urbana, servindo como base para o planejamento da cidade, educando e sensibilizando a sociedade, criando uma consciência de preservação do patrimônio (Carvalho; Amaral, 2011, p. 1).

Os inventários são necessariamente cruciais para que se possa revelar não apenas uma edificação que é construída, mas todas as relações, as quais, participam diretamente dela. Estes revelam a imagem das cidades e dos seus significados diante da sua sociedade, integrando dessa forma o contexto social, econômico e, sobretudo, cultural e de patrimônio deste ambiente (Ribeiro; Silva, 2011).

O inventário possui como objetivo garantir o conhecimento real e ao mesmo tempo sistemático dos bens e dos valores para que se possa vir a salvaguardar e protegê-los. Existem três tipos de inventários, a saber: inventários de identificação que são meras listagens dos bens culturais; os inventários científicos que são vistos como sendo instrumentos para que se esgotar o “conhecimento dos mesmos e tem uma função principalmente acadêmica; e por fim os

inventários de proteção entendidos como a reunião dos dados suficientes para a proteção dos bens culturais” (Nakamuta, 2006, p. 4). Logo, se observa que:

O inventário consiste na identificação das características, particularidades, histórico e relevância cultural, objetivando a proteção dos bens culturais materiais, públicos ou privados, adotando-se, para sua execução, critérios técnicos objetivos e fundamentados de natureza histórica, artística, arquitetônica, sociológica, paisagística e antropológica, entre outros (ALG, 2012 *apud* Campos, 2013, p. 121).

Assim, se observa que o inventário engloba o conjunto das atividades que são cruciais para que ocorra o estabelecimento e até mesmo, a priorização de ações dentro de uma política de preservação efetiva e de gestão do patrimônio cultural. O autor pontua que “toda medida de proteção, intervenção e valorização do patrimônio cultural depende do conhecimento dos acervos existentes” (IEPHA, 2012 *apud* Campos, 2013, p. 122).

Já sob o ponto de vista prático Miranda (2008), pontua que:

o inventário consiste na identificação e registro por meio de pesquisa e levantamento das características e particularidades de determinado bem, adotando-se, para sua execução, critérios técnicos objetivos e fundamentados de natureza histórica, artística, arquitetônica, sociológica, paisagística e antropológica, entre outros. Os resultados dos trabalhos de pesquisa para fins de inventário são registrados normalmente em fichas onde há a descrição sucinta do bem cultural, constando informações básicas quanto a sua importância histórica, características físicas, delimitação, estado de conservação e proprietário (Miranda, 2008, p. 9).

O inventário tem sua função original, que é produzir um registro, no entanto, se bem explorado, pode vir a constituir em um tipo de diagnóstico que é interdisciplinar. Ele ainda fornece dados para que ocorra a execução das ações dos órgãos de gestão governamental, considerando, as preservações dos bens culturais como um todo.

2.1.1 Inventários de acervos arqueológicos

Os inventários de acervos arqueológicos guardam especificidade, pois as coleções arqueológicas possuem como premissa garantir a diversidade tipológica e ao mesmo tempo, potencial de informações e de interpretações infinitas que estejam voltadas para as dinâmicas dos grupos humanos no passado. Neste sentido, a arqueologia, possui como característica a produção constante de coleções de objetos e de informações sobre eles (Pereira, 2017).

Assim, acredita-se que os objetos arqueológicos ao integrarem o acervo de Museus passam a adquirir um valor de pesquisa, de modo que toda essa ressignificação precisa ter respaldo em uma documentação, a qual seja a responsável pela atribuição dos valores para que

ocorra a sua identificação, preservação e até mesmo, acessos futuros (Campos, 2013). Desse modo, é importante trazer discussões sobre os inventários de acervos arqueológicos, pois os

Acervos refletem atitudes individuais e coletivas que as sociedades têm implementado em nome do colecionismo desde os mais remotos tempos e que, paulatinamente, têm acompanhado processos sociais, refletindo distintas dimensões de poder; as mudanças dos tempos históricos; a produção do conhecimento que se renova sistematicamente; as diferenças territoriais; e as diversas características identitárias: o colecionismo como matriz simbólica e operacional (Bruno, 2020, p. 11).

Além disso, os acervos corroboram para que se tenha a compreensão de identidades culturais, bem como as temporalidades sócio históricas. Estes ainda operam como sendo forças para que ocorram negociações culturais, para a “administração dos sistemas de memória e para a opressão social e econômica entre distintos indivíduos e os grupos sociais: a longevidade dos acervos” (Bruno, 2020, p. 11).

Ademais, os

Acervos são apropriados por instituições formatadas com a finalidade de pesquisa, preservação e musealização, podendo ser sistematicamente ressignificados e, ainda, abandonados, roubados, destruídos e menosprezados: o uso dos acervos. Acervos têm sido a força alavancadora para a constituição e fortalecimento de muitos ramos do conhecimento, ensejando a identificação de distinções tipológicas e sinergias de aproximações que explicam os ambientes e as sociedades ao longo tempo e do espaço geográfico; caracterizando perfis profissionais e contribuindo para experimentações interdisciplinares e multiprofissionais a sua volta: a pesquisa e a geração de conhecimento (Bruno, 2020, p. 11).

Logo, nota-se que os acervos evidenciam também indicadores de memórias e de referências culturais, as quais possuem a vocação para servir à educação ao patrimônio e aos direitos humanos, visando garantir que se tenha a identidade em todas as suas dimensões. Diante disso, convém destacar que o papel fundamental do inventário, visa além da proteção e da identificação, centralizar informações sobre objetos que estejam conectados a diversos tipos de documentações.

Motta e Rezende (2016) argumentam que os inventários são cruciais para a preservação e a organização dos acervos, pois são instrumentos que apareceram enquanto, forma de produção de um saber novo, pois a coleta e a sistematização das informações identificam, valorizam e ainda protegem os bens culturais. Além disso,

O inventário é uma atividade técnica que objetiva realizar um levantamento detalhado considerando diversos aspectos do acervo, procurando identificar a real situação em que se encontram as coleções. Especificamente, o inventário permite listar possíveis itens desaparecidos ou extraviados, obter o número real de itens do acervo, coletar informações sobre o estado de conservação das coleções, identificar itens que não

foram incluídos no acervo e as marcas de propriedade e proveniência das coleções (Motta; Rezende, 2016, p. 8).

Nota-se que as informações que são coletadas pelo inventário podem vir a gerar algumas ferramentas, as quais, auxiliam na organização de um determinado acervo. Além disso, o inventário permite que se identifique e se conheça nos acervos as coleções, visando subsidiar as políticas para o seu desenvolvimento e também proteção. Ele possui ainda a responsabilidade de

avaliar conjuntos ou itens que precisem passar por algum tipo de procedimento de conservação ou restauração, que precisem ser higienizados ou que possam ser incluídos em projetos de digitalização, listas para exposições, sendo uma ferramenta essencial e imprescindível para a gestão do patrimônio bibliográfico (Motta; Rezende, 2016, p. 8).

Diante da citação acima, percebe-se que o inventário é um instrumento que deve ser usado tencionando avaliar, desenvolver, bem como promover a garantir a preservação, segurança e até mesmo, a divulgação dos acervos das coleções.

O Iphan busca através de um trabalho de gestão, garantir que os dados possam constituir um instrumento versátil, atualizado e acessível a todos. Assim; “tratamento e conservação preventiva dos documentos para evitar o manuseio indevido das fontes históricas. Preservando adequadamente os originais, garante-se a perenidade das informações e futuras digitalizações” (IPHAN, ©2014). O Núcleo de Arqueologia da Universidade Estadual de Goiás, na busca da manutenção e conservação das coleções abrigadas, inicia o processo de cadastramento dos bens arqueológicos móveis como sugerido na portaria nº 196 de 18 de maio de 2016, que estabelece normas e atribuições das reservas técnicas (RT), para gestão do acervo arqueológico e sua manutenção (IPHAN, 2016a).

Nesse entendimento Scifonin, 2015 assinala que é preciso

uma nova pedagogia, que não se atrele aos manuais, guias ou cartilhas que buscam orientar um modo de. Fazer, mas que tenha como princípio uma visão crítica do passado e da memória oficial. Somente desta maneira é possível construir uma nova relação da população com o seu patrimônio, o que é, em essência, a busca da Educação Patrimonial (Scifoni, 2015, p. 202).

Nesta direção, esse trabalho caminha, em busca de utilizar essa ferramenta como devolutiva social, de construir uma relação de pertencimento da população com seu patrimônio e não silenciar sua identidade, sabendo que os artefatos arqueológicos enquanto fontes

primárias de conhecimento, de enriquecimento individual e coletivo, funcionam também como busca da valorização de heranças cultural.

O próximo tópico discorre sobre a ficha de cadastro de bem arqueológico móvel, como instrumento de gestão e o processo de inventário da coleção de louças dos séculos XVIII, XIX e XX, projeto de fiação subterrânea de energia elétrica sob guarda institucional do NARQ/UEG.

2.2 A FICHA DE CADASTRO DE BEM ARQUEOLÓGICO MÓVEL

A ficha de cadastro dos bens arqueológicos móveis anexos II da Portaria nº196 de 18 de março de 2016 (anexo), foi criada para regulamentar, promover a manutenção, conservação e extroversão dos bens arqueológicos, trata-se de uma importante ferramenta de gestão e proteção (IPHAN, 2016a). É de responsabilidade do pesquisador o preenchimento da ficha, listando a coleção e suas tipologias, deve obedecer aos critérios pré-estabelecidos em seus parágrafos e deve compor o relatório final da pesquisa, conforme subscrito no inciso III art. 12 da Portaria 07/88 (IPHAN, 1988).

A ficha de cadastro dos bens arqueológicos móveis consistiu seus critérios de preenchimento já dispostos na tabela, cada item do preenchimento foi pensado com o objetivo de promover uma gestão dessas coleções, assim como, identificar seu estado de conservação. O Item 1 e o 1.5 descrevem a procedência, a localização do sítio, a instituição de guarda responsável, o número do processo IPHAN, na qual está vinculada.

Do item 2 ao 2.3 contém os dados gerais, descrição e denominação. Nessa etapa são inseridas a tabela com o registro do quantitativo de peças por rua e sondagem. A tabela possui as seguintes descrições: o sítio, a localização, a rua pesquisada, as sondagens (referência), os tipos de fragmentos (bordas, bases, paredes decoradas, paredes simples, asas, tampa, adornos, apêndices, grês), de acordo com que cada sondagem apresenta a quantidade de fragmentos, e ao final da tabela a soma total. Nessa etapa também é realizada uma descrição das características do sítio observadas durante a pesquisa, como por exemplo, o quantitativo de sondagens inventariadas, características do solo, as ações antrópicas.

Do item 3 ao 10 apresentam as características dos fragmentos. Nessa fase do preenchimento o pesquisador descreve as categorias que foram coletadas, as subcategorias, as técnicas de produção identificadas, as decorações inscritas nas peças, o estado de conservação do material, a integridade das peças. Nessa etapa o pesquisador deve cautelosamente preencher cada item, por exemplo, se o estado de conservação e integridade das peças apresentarem riscos estes serão identificados nesta fase, propiciando que ações de proteção a essa coleção possa vim

a ser desenvolvidas.

Do item 11 ao 18 apresenta os dados sobre manutenção, as intervenções que foram realizadas, as recomendações de conservação e armazenamento do acervo, a filiação cultural a qual pertencem, as inscrições ou marcas de uso identificadas, as medidas e peso da coleção. O item 19 contém as fotografias de todo acervo inventariado e, por fim o item 20 contém a tabela final com a soma das categorias encontradas nas ruas pesquisadas.

Ao término do preenchimento das fichas de cadastro de bens arqueológicos móveis foi emitido o Termo de Recebimento das Coleções Arqueológicas que deve ser assinada pela instituição de guarda, endossante da pesquisa, nesse caso a Universidade Estadual de Goiás/UEG através do NARQ, que são as responsáveis pela coleção pesquisada. Toda ação de gestão promovida com o acervo em louça da coleção do Sítio Histórico e Urbano Vila Boa de Goiás, projeto fiação subterrânea de energia elétrica foi cadastrada e uma vez devidamente inventariados e receberão esse termo que deve ser entregue ao IPHAN como forma de confirmação da entrega do acervo à Instituição Guarda Permanente (IGP) indicada nos projetos autorizados, como garantia de que a IGP sabe efetivamente o que recebeu nas caixas.

O registro fotográfico de toda coleção em louças possibilitou alimentar o banco de dados do NARQ/UEG, o qual disponibiliza para pesquisas futuras. Ele também contribui com discussões sobre o comportamento social da população que viveu nos séculos passados na antiga Vila, bem como, construir um possível diálogo identitário de pertencimento com a população.

Por seu turno, o resultado da produção as fichas técnicas do acervo em louça serão utilizadas para produção de um catálogo, produto final desse relatório. Essa ferramenta deve ser utilizada para o fortalecimento das ações educativas do patrimônio arqueológico brasileiro. O próximo item descreve as louças identificadas na pesquisa, suas classes, tipologias, seu quantitativo e os resultados produzidos até o momento.

2.2.1 O registro e cadastro do acervo em louça da cidade de Goiás (obra rede subterrânea de energia elétrica)

Este tópico apresenta uma narrativa de todo processo aplicado na gestão do acervo em louças. Apresenta o passo a passo dessa ação até o preenchimento da ficha de cadastro dos bens arqueológicos móveis, anexo II da Portaria nº196 (IPHAN, 2016a).

Toda prática de pesquisa consiste em metodologias, e a gestão de acervo não é divergente, segue todos os percursos com o objetivo de alcançar bons resultados até os produtos

finais. O cadastro dos bens móveis com o preenchimento da ficha anexo II da portaria nº 196 de 18 de maio de 2016, juntamente com a elaboração do catálogo de louça resultam desse processo de gestão, fundamental para fruição dos bens, e para o processo de conservação e manutenção do patrimônio.

Para obter bons resultados na pesquisa foram definidos alguns critérios: o primeiro foi selecionar o acervo a ser inventariado, e escolher de qual empresa seria o acervo; em seguida efetuaram-se visitas às dependências do NARQ/UEG onde se localizou toda documentação produzida durante a pesquisa de campo 2000-2001 (fichas, diários, fotografias, mapas, relatórios etc.); logo após efetuou-se a triagem da documentação (identificar as áreas da pesquisa, quantitativo de acervo, eventuais ruas pesquisadas); por fim, ocorreram análises de toda a documentação, o registro fotográfico (sequência de identificação do acervo) a definição dos critérios de preenchimento da ficha 196; e, por fim, foi selecionado o material para produção do catálogo.

O NARQ/UEG abriga aproximadamente 200 mil fragmentos arqueológicos do período colonial e pré-colonial, todo esse acervo depositado concerne do apoio institucional fornecido pela UEG (Tedesco, 2014). Partes dessas coleções são do Sítio Histórico Urbano Vila Boa de Goiás, um numeroso acervo entre louças, cerâmicas, vidros, metais que foram coletados durante as obras de intervenções realizadas na cidade no início dos anos 2000.

Segundo Saladino e Polo (2016) a

Composição de um acervo desse tipo deve envolver uma série de procedimentos direcionados a sua preservação e gestão, como higienização, catalogação, classificação e acondicionamento adequado dos bens. Tais procedimentos podem se dar em laboratórios destinados a esse fim, assim como esses acervos podem ser dispostos em reservas arqueológicas, instituições de guarda ou museus que garantam sua salvaguarda e extroversão. Nem todo acervo ou nem todos os seus elementos constituintes, contudo, são passíveis de ser musealizados (Saladino; Polo, 2016, p. 1).

O acervo de louças selecionadas para o preenchimento da ficha 196 anexo II foram coletadas no centro histórico da cidade de Goiás, durante a pesquisa realizada no projeto de implantação e embutimento da fiação subterrânea de energia elétrica. A obra teve o objetivo de retirar às fiações emaranhadas nas fachadas das construções de arquitetura colonial e embutindo-as. As atividades foram realizadas entre o ano 2000 e 2001 (Callefi; Carvalho, 2004).

Foto 3 - Imagem da fiação tampando as fachadas



Fonte: Acervo NARQ (UEG, 2001).

Foto 4 - Fachadas das casas após a implantação da fiação subterrânea



Fonte: Fotos retiradas do perfil do Facebook de Cidinha Coutinho (2022).

A próxima fase foi visitar as dependências do NARQ/UEG, que atualmente está localizado temporariamente no bairro João Francisco. Nesse momento o alvo foi identificar todo o espaço, conhecer o acervo, entender a funcionalidade da instituição, sua área de reserva técnica, seus projetos, suas normativas e resoluções.

Em seguida, de posse de toda documentação obtida nos arquivos do NARQ, todo material passou por triagem, e foi produzida uma tabela de todas as ruas que foram pesquisadas somando um total de quarenta quatro (44) vias, do quantitativo de caixas arquivo com acervos arqueológicos (somam 126 caixas no geral, com todas as tipologias de objetos coletados na pesquisa) e após a separação das louças das caixas, para serem inventariadas, foi gerada um quantitativo de 20 caixas arquivos, também foram selecionadas algumas fotografias da pesquisa

de campo, foi elaborado dois (2) mapas de localização e densidade do acervo.

Ao analisar as fichas de numeração e quantificação elaboradas na fase de curadoria pela equipe de pesquisadores nas atividades de laboratório do NARQ, foi possível identificar como o acervo estava organizado para receber a numeração e as sequências utilizadas nesse processo. O acervo foi numerado da seguinte maneira: a localização do sítio, referência de localização (nome da rua), número da sondagem e empresa, e por fim, o número da peça. A numeração foi de forma sequencial, iniciada com número 1 até o último número de cada peça, e assim novamente fazendo a cada sondagem positiva para acervo arqueológico.

Veja o exemplo:

Quadro 3- Nomenclatura aplica para registro das peças arqueológicas

Localização do Sítio	GCH (Goiás Centro Histórico)
Nome da Rua	PAJ (Professor Alcides Jubé)
Número da sondagem	I-1 (Inelto 1)
Número da peça	1 (número da peça sequencial)

Fonte: Elaborada pela Autora, com base nos dados da pesquisa (2023).

De posse dos dados o registro fotográfico foi realizado considerando nesse processo a disposição em ordem das peças representativas. Iniciou com as bordas decoradas e simples, bases decoradas e simples, tampas, asas, apêndices, adornos, paredes com decoração até as paredes simples (essa última da maior para menor) e grês.

O registro foi realizado nas dependências do NARQ. O primeiro passo foi selecionar a rua, em seguida organizava-se a sequência do registro adotando como referência as fichas de numerações. As peças foram organizadas tendo como referência a descrição acima, iniciando com as bordas até o grês. Foi preciso ambientar o espaço para que as imagens ficassem legíveis e cada fragmento foi colocado obedecendo à ordem. À medida que as imagens eram feitas anotava-se na caderneta o quantitativo de peças em cada categoria e a quantidade total, recurso que se utilizou ao preencher a ficha de inventário de bens móveis.

Toda pesquisa de inventário, todo registro fotográfico e o preenchimento da ficha de cadastro foram realizados nos meses de outubro de 2022, fevereiro e março de 2023. Desse estudo resultaram 44 fichas de inventário cadastradas com 352 folhas, mais de mil (1000) fotos do acervo, dezenove (19) fichas técnicas para elaboração de um catálogo, além de 20 caixas de

arquivos com acervo de louças e 5.424 (cinco mil, quatrocentos e vinte e quatro) fragmentos inventariados.

No próximo tópico é apresentada as louças identificadas na pesquisa, suas classes e tipologias e os resultados alcançados até o momento.

Foto 5 - Organização das peças para o inventário e registro fotográfico



Fonte: Arquivo pessoal da Autora (2023). Fotos tiradas durante pesquisa na Reserva Técnica do Núcleo de Arqueologia da UEG.

Fotografia: Daniel Correia.

2.3 AS LOUÇAS ENCONTRADAS NO SÍTIO VILA BOA DE GOIÁS

Nesse tópico apresenta-se os resultados alcançados com o inventário do acervo em louça coletadas nas pesquisas no Sítio Arqueológico Histórico e Urbano Vila Boa de Goiás, do preenchimento da ficha de Cadastro dos Bens Arqueológicos Móveis e todo processo de gestão do acervo.

O acervo arqueológico necessita de manutenção periódica, para garantir a integridade e conservação dos objetos que estão abrigados na instituição de guarda permanente. A partir disso, entende-se que a elaboração do inventário e o cadastro dos bens móveis, portaria nº196 anexo II, é um instrumento que contribui para avaliação do estado de conservação dos bens arqueológicos e a gestão do acervo, ferramenta que permite identificar os possíveis problemas quanto à conservação e preservação dos artefatos, assinalando as medidas a serem tomadas para que o acervo salvaguardado esteja protegido, porque

O patrimônio cultural está inserido no espaço de vida das pessoas, a sua construção e conformação devem considerar as referências culturais e os diferentes saberes existentes nas comunidades onde esse patrimônio está inserido, bem como as distintas visões dos sujeitos detentores e produtores dessas referências. Isso requer, necessariamente, que as práticas educativas sejam dialógicas e democráticas, partindo do pressuposto de que o patrimônio cultural é dinâmico e histórico-socialmente determinado pelos sujeitos que lhes atribuem sentidos e significados (Tolentino, 2016, p. 4).

Na pesquisa realizada no Sítio Arqueológico Histórico e Urbano Vila Boa de Goiás, foram identificados fragmentos em louças dos séculos XVIII, XIX e XX, dessa variedade as louças inglesas século XIX e as de produção brasileira século XX, predomina na coleção, já em números menores identificou louças do século XVIII faiança comum, (minoria) apenas alguns fragmentos, as porcelanas, macau e ironstone aparecem nesse contexto em média proporção (Tedesco; Pereira, 2002).

Todos os acervos abrigados no NARQ/UEG passaram pelo processo de curadoria, quantificação e análise, no entanto, após a nova normatização de guarda dos acervos salvaguardados nas instituições de guarda permanente, o NARQ/UEG ainda encontra-se em processo de adequação como sugere a portaria nº196 ao enfatizar que “A instituição não deverá se limitar a guardar os acervos, deverá incentivar e promover a pesquisa do acervo, bem como a sua extroversão, por meio de exposições, publicações, ações educativas etc.” (IPHAN, 2016a, p. 4).

Em um total de quarenta quatro (44) ruas pesquisadas, foram coletados 5.424 (cinco mil, quatrocentos e vinte e quatro) fragmentos de louças, e também outras tipologias de artefatos como cerâmicas, vítreos, metais, ossos, e ossada humana. O expressivo quantitativo releva que o uso dos objetos importados não perdeu forças ao caminhar do desenvolvimento da antiga Vila Boa (Callefi, 2000). Veja no Quadro as ruas pesquisadas no âmbito do projeto de resgate arqueológico da obra de implantação da rede elétrica subterrânea da cidade de Goiás e a quantidade de louça encontrada em cada uma.

Quadro 4- Ruas pesquisadas no Sítio Histórico Urbano Vila Boa de Goiás

Ruas Pesquisadas no Projeto de Implantação da Fiação Subterrânea de Distribuição de Energia Elétrica	
Ruas Pesquisadas	Total de Artefatos
1- Avenida Dom Prudêncio	552
2- Avenida São Pedro	49
3- Beco Professor Alcides Jubé	13
4- Beco Antônio Gomes	06
5- Beco Boa Vista	294
6- Beco Mingú	01
7- Beco Telegoiás	01
8- Beco Vila Rica	859
9- Largo do Rosário	03
10- Praça Dr. Brasil Caiado	414
11- Praça da Bandeira	21
12- Praça da Liberdade	61
13- Praça Padre Arnaldo	228
14- Praça Zacheu de Castro	12
15- Rua Professor Ferreira	86
16- Rua Maximiano Mendes ou Corumbá	93
17- Rua Couto Magalhães	77
18- Rua Quintino Bocaiúva	489
19- Rua 03 de Maio	08
20- Rua 13 de Maio	54
21- Rua 25 de Julho	168
22- Rua Professor Alcides Jubé	337
23- Rua Americano do Brasil	40
24- Rua Bartolomeu Bueno	40
25- Rua Boa Vista	166
26- Rua D'Abadia	115
27- Rua Dom Bosco	61
28- Rua Dom Candido	02
29- Rua Doutor Neto	177
30- Rua Felix de Bulhões	97
31- Rua Hugo Ramos	125
32- Rua Joaquim Rodrigues	28
33- Rua Luiz do Couto	31
34- Rua Monsenhor Azevedo	108
35- Rua Moretti Foggia	08
36- Rua Senador Caiado	29
37- Rua Eugenio Jardim	40
38- Travessa da Matriz	19
39- Travessa do Carmo	422
40- Travessa do Correio	07
41- Travessa do Museu	31
42- Travessa Francisco Veiga	13
43- Travessa Ouro Fino	29
44- Travessa Sócrates	10
Total	5424

Fonte: Elaborada pela Autora, com base nos dados da pesquisa (2023).

Além do quantitativo por ruas foi possível identificar durante o inventário as tipologias e as categorias dos fragmentos. Veja no Quadro 5 a relação das classes identificadas; bordas, bases, paredes com decoração, paredes simples, paredes com marca de asa, asas, tampas,

apêndices, grês e outros. Perceba um destaque as bordas e as paredes sem decoração, que somadas representam um pouco mais que a metade do acervo em louças (3.702). As bases e as paredes com decoração somam a outra parte (1.620) e a terça parte entra asas, tampas, grês, paredes com marca, apêndices e outros (102).

Quadro 5- Relação dos bens arqueológicos encontrados no sítio Vila Boa de Goiás Projeto de fiação subterrânea

Relação de Bens Arqueológicos por Sítio	
Tipologia material	Quantidade
Bordas	1481
Bases	745
Paredes Decoradas	875
Paredes Simples	2221
Paredes com marca de Asas	16
Tampas	12
Asas	48
Grês	15
Apêndices	05
Outros	06
TOTAL	5424

Fonte: IPHAN (2016a).

A significativa expressão desse acervo (coleção) representa dados importantes para a história regional, essa variedade de itens com períodos e técnicas de produções diferentes, é um forte elemento que reforça nossa discussão sobre a relevância de entender os modos de ocupação e o comportamento dos grupos sociais que viveram em Vila Boa nos séculos passados. O gráfico 1 ilustra em percentual a predominância das classes identificadas

Gráfico 1 - Classes identificadas no inventário do acervo

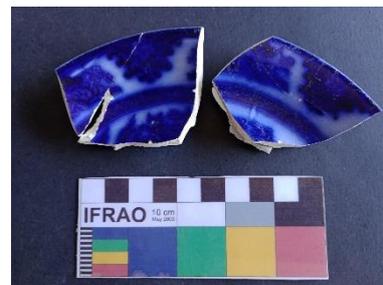


Fonte: Elaborado pela Autora, com base nos dados da pesquisa (2023).

O Quadro 6 abaixo ilustra as classes inventariadas nesse processo, as técnicas identificadas bem como os períodos de produção.

Quadro 6- Tipos de louças encontradas no Sítio Vila Boa de Goiás

As louças coletadas no Sítio Vila Boa de Goiás	
Faiança Fina	<p>Denominadas de faiança fina, a louça inglesa apresenta rica decoração e uma grande variedade de padrões. Para Lima (1993, p. 82) os padrões vão desde a <i>chinoiserie</i> até “às cenas bucólicas de paisagens inglesas (...). No país, a faiança fina acabou por suplantiar a faiança portuguesa no terreno utilitário, sendo usada principalmente nos serviços de mesa”. Segundo Symanski, este tipo de louça surgiu na segunda metade do século XVIII, resultante de uma revolução na indústria cerâmica inglesa. Em 1750, a técnica de fabricação em torno foi substituída por moldes, e em 1770 iniciou-se a técnica de decoração conhecida por <i>transfer-pinting</i> facilitando a produção de louças decoradas numa produção em maior escala em detrimento da decoração pintada à mão. Essas mudanças possibilitaram a fabricação em massa e sua dispersão mundial.</p> <p>A faiança fina apresenta pasta permeável, opaca, de textura granular e quebra irregular, para se tornar impermeável a líquidos, foi coberta com um esmalte. Sua temperatura de queima varia entre 600° C e 1.150° C. Vários elementos que resultaram na faiança fina e que estavam presentes no processo de produção, como o esmalte, técnica de decoração, cor, motivo decorativo, cena, modelo e padrão decorativo, fornecem indicações referentes, entre vários aspectos,</p>



	<p>as tendências de consumo e gosto, bem como o período de fabricação das peças (Worthy, 1982, p. 334).</p>	
<p>Faiança Comum ou Portuguesa</p>	<p>A faiança comum, também conhecida como faiança portuguesa. Esse tipo de louça esteve presente no Brasil desde o início da colonização. Apresenta pasta porosa e esmalte colorido.</p> <p>No século XIX, frente ao desenvolvimento da produção inglesa, a faiança comum passou por um processo de adaptação a novos repertórios decorativos, mas por volta de 1830 sua produção passou para um segundo plano cedendo lugar à faiança fina inglesa, embora Portugal ainda tenha tentado manter o prestígio e conseqüentemente o seu uso. Sua aceitação, no Brasil, manteve-se até o início do século XIX (Brancante, 1981, p. 495).</p>	 
<p>Ironstone</p>	<p>Louça semivítrea, de dureza intermediária entre a faiança fina e a porcelana. Sua produção teve início na Inglaterra no começo do século XIX. Em Goiás, a louça ironstone se constituiu em uma pequena parcela do material coletado nas escavações (Majewski; O'Brien, 1987, p. 120).</p>	
<p>Porcelana</p>	<p>Louça branca, vitrificada e translúcida, descoberta na China durante a dinastia Tang (618-906 D.C), cuja alta temperatura de queima, entre 1300° C e 1450° C, elimina o limite entre a pasta e o esmalte (Worthy, 1982, p.337).</p>	

<p>Macau</p>	<p>Porcelana azul originária da China, cuja exportação estendeu-se do século XIV ao XVIII. Após várias modificações quanto ao desenho, espessura e esmalte, volta no final do século XVIII, às primitivas formas decorativas, num azul mais profundo e desenho menos fluente. A fabricação em massa, para a crescente importação da Europa prejudica a qualidade do produto (Lima <i>et al.</i>, 1989, p. 217).</p>	
<p>Grês</p>	<p>Os recipientes em grês são originalmente produzidos na Alemanha, porém, por volta do século XV, generalizou-se o seu manejo e passou a ser amplamente fabricada pela Inglaterra, França e Holanda. Por ser de grande resistência e impermeabilidade, tornou-se excelente para o transporte de bebidas e outros líquidos. A Inglaterra e outros países exportaram durante o século XIX, grande quantidade desses recipientes contendo cerveja, genebra, água mineral e também tinta nanquim. A cor dos vasilhames em grês pode variar da areia ao marrom avermelhado e muitas foram, no Brasil, reaproveitadas para armazenar bebidas nacionais. As formas dos recipientes podem variar entre garrafas maiores para a estocagem de 1 litro de bebida até garrafas menores para remédios e tinteiros (Lima <i>et al.</i>, 1989, p. 218).</p>	

Fonte: Acervo NARQ (UEG, 2001).

Considerando o inventário do acervo e o preenchimento da ficha de cadastro dos bens móveis da pesquisa, a coleção em louça Vila Boa de Goiás II, conta com um total de 5.424 fragmentos, como descrito anteriormente, de modo que a maior concentração está nas bordas e paredes sem decoração (3.702). Os fragmentos em bordas apresentam por características vasilhames do tipo de pratos, pires, malgas, travessas, objetos de uso individual e de servir a mesa. As paredes sem decoração, caracterizadas por não haver desenhos ou inscrição,

pertencem a um conjunto que não fornece indicações de tipos de objetos, o que dificulta extrair dados relevantes para compreensão do uso dos objetos.

A segunda parcela de fragmentos são as bases e paredes decoradas, com um total de 1.620 fragmentos, e pertencem a um grupo que possibilita classificar os objetos, as bases fornecem elementos da forma, função, dimensão e volume, o que define o objeto de servir a mesa ou de uso individual. As paredes decoradas inserem a um grupo que por vez consegue através de seus padrões decorativos identificar períodos e fabricantes.

A classificação das louças inclui diferentes aspectos: decoração, pasta, esmalte e forma. Ela pode ser feita levando em conta apenas um desses aspectos ou a combinação de dois ou mais. A técnica decorativa é o principal elemento que possibilita obter informações dos objetos (Cerqueira; Peixoto; Viana, 2004).

Foi identificado nos objetos da pesquisa desenhos ou moldados ao longo da borda e/ou borda ondulada, com pintura à mão, representado por padrões Royal Rim e o Trigal, as bases possui carimbo de fabricantes, as paredes com decorações pintadas à mão, *spatter*, *sponge*, *transfer*, faixas e frisos, carimbada. No Quadro abaixo temos exemplares das técnicas decorativas identificadas no inventário do acervo.

Quadro 7- Técnicas decorativas identificadas no inventário do acervo

(continua)

<p><i>Transfer printing</i> foi a padronização dos desenhos, que por esse método podiam ser repetidos diversas vezes. O <i>transfer printing</i> foi sendo aprimorado ao longo do tempo, tornando-se cada vez mais simples e mais barato.</p>	
---	--

Quadro 7 - Técnicas decorativas identificadas no inventário do acervo

(continuação)

<p><i>Sponge</i>: técnica que consiste em aplicar a pintura com o auxílio de uma esponja. Pode aparecer cobrindo toda a superfície da peça ou em pequenas áreas.</p>	
<p>Faixas e frisos: consiste na aplicação de uma fina camada de argila colorida sobre a superfície da peça em forma de faixas largas (em geral cobrem toda a superfície da peça) e listras produzindo um leve relevo</p>	
<p>Pintura à mão livre: Técnica simples já usada em outras categorias cerâmicas que consiste em decorar as peças uma a uma apenas com a utilização de pincéis. Esta técnica apresenta dois estilos: <i>peasant style</i> – caracterizado por traços largos e motivos florais que cobrem quase toda a superfície da peça; <i>sprig style</i> – caracterizada por traços finos cobrindo pequenas áreas da peça. Os motivos decorativos mais frequentes são as flores, as folhas e os grãos.</p>	
<p>O padrão Royal Rim é caracterizado pela borda ondulada</p>	

Quadro 7 - Técnicas decorativas identificadas no inventário do acervo

(conclusão)

<p>Selos e os carimbos do fabricante. Através deles podemos identificar o país de origem e a época de fabricação da peça.</p>	
<p>Carimbada: técnica que consiste na aplicação da decoração com o auxílio de um carimbo, produzindo geralmente uma sequência das figuras que são, na maioria dos casos, flores e figuras geométricas entre frisos coloridos</p>	
<p>O padrão Trigal se caracteriza pelos ramos de trigo moldados em relevo</p>	
<p>Spatter/ técnica que consiste em salpicar as tintas na superfície da peça dando leves pancadas no pincel.</p>	

Fonte: Adaptado a partir de Soares (2011).

2.3.1 Os resultados obtidos

Os dados ilustrados no Quadro 7 acima, e dos mapas 2 e 3 abaixo indicados, apresentam as ruas pesquisadas e o resultado do inventário do acervo em louça do projeto de implantação de fiação subterrânea de energia elétrica. Através dos dados foi possível ilustrar a disposição dos fragmentos no sítio com indicação da quantidade e do tipo de material coletado, elemento utilizado para a interpretação do sítio.

Mapa 2 - Localização do Sítio Histórico Urbano Vila Boa de Goiás "ruas pesquisadas projeto de implantação da fiação subterrânea de energia elétrica"



Fonte: Mapa elaborado por Gabriela Paola Aguiar Silva, com base nos dados desta pesquisa (2023).

O mapa 2 representa a distribuição espacial das ruas pesquisadas no projeto de implantação da fiação subterrânea de energia no ano (2000-2001), observa-se que as ruas e becos contemplados pertencem ao conjunto histórico tombados pela UNESCO em 2001, como Patrimônio Mundial da Humanidade. Toda área caracterizada do centro histórico recebe a fiação subterrânea e implantação dos postes de lâmpadas, além de outras melhorias advindas do processo de adequação ao pleito do título de patrimônio mundial.

Apesar dessas mudanças, ao longo desses três séculos, o eixo central da ocupação do sítio seguiu basicamente o traçado urbano do século XVIII, sendo apenas ampliado na medida em que a ocupação foi se expandindo. As principais ruas do atual centro histórico preservaram o mesmo traçado das vias públicas do antigo arraial. Em alguns casos houve apenas o prolongamento ou alargamento da via, o que implicou na transformação de área de quintais em ruas, o que é imediatamente perceptível, no momento das escavações, tendo em vista a densidade do material arqueológico encontrado.

Veja no Mapa 3, as ruas e becos com maior concentração de acervos arqueológicos, percebe-se que esse elemento fortalece as discussões sobre os grupos que ocuparam a cidade nos séculos passados, o que se explica pela variedade e o volume de artefatos coletados nas pesquisas arqueológicas, cooperando para algumas discussões sobre o isolamento social e escassez de recursos que a população viveram após o fim da mineração.

Mapa 3 - Ruas e becos com maior concentração de acervos arqueológicos



Fonte: Mapa elaborado por Gabriela Paola Aguiar Silva, com base nos dados desta pesquisa (2023).

É possível identificar quais áreas possuem maior concentração desses depósitos arqueológicos, percebe-se que o comportamento social acompanhou o desenvolvimento urbano. Entende-se que os locais de maior concentração de artefatos foram áreas de fundo de quintais em exemplo a Avenida Dom Prudêncio ou Beira Rio, assim conhecida atualmente, que nos registros fotográficos mostra ser funda de quintal em outros períodos, bem como o Beco Vila Rica à esquerda da (foto 6). E a Rua Quintino Bocaiuva (foto 7).

Foto 6 – Avenida Dom Prudêncio e Beco Vila Rica



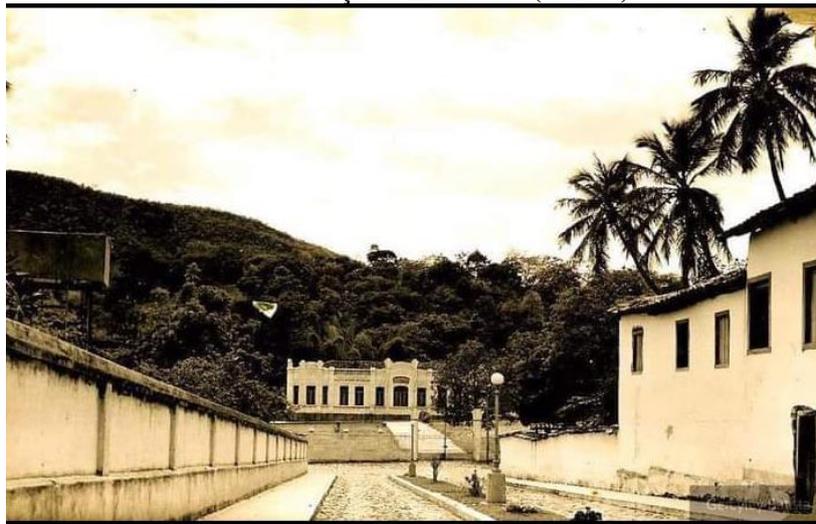
Fonte: Postagem publicada no perfil Fotos Cidade de Goiás e Goiânia no Facebook, em 12 maio 2022 (Fotos, 2022).

Foto 7 – Fundo de quintais e o Rio Vermelho



Fonte: Lençóis esquecidos no Rio Vermelho (RIO, 2009). Margem direita vista da Igrejinha da Lapa e os muros que limitam os quintais, hoje Avenida Dom Prudêncio e a Direita fundo do Beco Vila Rica.

Fotografia: Don Cândido Penso.

Foto 8 - Praça da Liberdade (Coreto)

Fonte: Foto do perfil de Cidinha Coutinho no Facebook (COUTINHO, 2021).
À esquerda ao lado da Praça da Liberdade (Coreto). Rua Quintino Bocaiuva.

As áreas de concentração de artefatos arqueológicos, conforme ilustra o Quadro 8 compõem seis ruas e um total de 2.953 fragmentos, ou seja, acima de ½ do total obtida em toda pesquisa de implantação da fiação subterrânea. Esses dados levam ao entendimento que a população que se concentrava na região do atual do centro era de maior poder aquisitivo, por se tratar de fragmentos que foram importados e de requinte nobre, o que correspondia a elite social da Vila. Esses dados somados as discussões produzidas sobre arqueologia urbana do Sítio Vila Boa de Goiás por Tedesco e Carvalho (2018) apresenta alguns resultados dessas pesquisas.

Quadro 8- Ruas com maior concentração de artefatos em louças que eram fundo de quintais

1- Avenida Dom Prudêncio	552
2- Beco Vila Rica	859
3- Beco Boa Vista	294
4- Travessa do Carmo	422
5- Professor Alcides Jubé	337
6- Quintino Bocaiuva	489
Total	2.953

Fonte: Elaborada pela Autora, com base nos dados da pesquisa (2023).

Note-se que onde há concentração de artefatos antes eram quintais nos séculos passados, aqui não convém ditar sobre as regras de comportamento social, pode-se apenas entender que a população possuía alguns costumes de depositar seu lixo em fundo dos quintais e este era o local de descarte do lixo doméstico ou as lixeiras coletivas, e isso permitiu apontar através da pesquisa arqueológica que os objetos utilizados por essa

população, desde a mais fina louça até os restos alimentares fossem desvelados pela pesquisa.

Hoje os quintais dos enormes casarões que iam de um lado para o outro, até o fundo, tornaram-se ruas habitadas por casas de comércio, vários objetos ali depositados vieram à tona com a pesquisa, o que contribuiu com o estudo da população e os costumes dos que viveram em Vila Boa. Adiante pode-se compreender como o trabalho foi realizado, o produto gerado e a devolutiva dos resultados a comunidade através de ações educativas.

3 APRESENTAÇÃO DOS PRODUTOS

Neste capítulo apresenta-se as fichas de cadastro dos Bens Arqueológicos Móveis e o Catálogo de Louças (trabalho completo está em anexos), produzidos a partir do inventário do acervo em louças. A coleção do acervo Vila Boa de Goiás II é referente a pesquisa no Sítio Arqueológico Histórico Urbano Vila Boa de Goiás, durante a execução do projeto de implantação da fiação subterrânea de energia elétrica no ano 2000-2001, obras de adequação do centro histórico da cidade de Goiás para pleito do Título de Patrimônio Mundial da Humanidade.

3.1 O FORMATO DO PRODUTO

Definiu-se como produtos para essa pesquisa o preenchimento das fichas de cadastro dos bens arqueológicos móveis anexos II da portaria nº 196 de 18 de maio de 2016 e a produção de um catálogo fotográfico de peças em louças dos séculos XVII, XIX e XX. Essa proposta foi pensada em duas versões de formato, o digital e o impresso.

A ficha de cadastro dos bens arqueológicos móveis foi produzida por equipe técnica do Iphan, que buscou unificar em uma ficha questões técnicas e culturais com o objetivo de unificar as informações em um arquivo unificado da rede Iphan, através do Sistema Integrado de Cadastro e Gestão (SICG).

SICG é constituído por um conjunto de dados agrupados em três módulos: Conhecimento, Gestão e Cadastro. Cada módulo corresponde a uma esfera de abordagem do patrimônio cultural e possui um conjunto de campos de dados, inteligências e relacionamentos estruturados para a captura e organização de informações conforme o objetivo do processo envolvido, seja ele identificação, reconhecimento, monitoramento, fiscalização ou licenciamento. Os módulos foram idealizados para permitir uma abordagem ampla do patrimônio cultural. Partem do geral para o específico, com recortes temáticos e territoriais, e possibilitam, por exemplo, a utilização de outras metodologias, como o Inventário Nacional de Referências Culturais - INRC (Baratto, 2017).

O SICG foi pensado para ser mais do que uma ferramenta de documentação, um instrumento de gestão do patrimônio cultural. As fichas do módulo de gestão foram especialmente dimensionadas para a captura de dados e produção de informações que subsidiem a tomada de decisões, o desenvolvimento de planos estratégicos, a formulação

8. Decoração:			
<input type="checkbox"/> Alisado	<input type="checkbox"/> Ungulado	<input type="checkbox"/> Pintado	<input type="checkbox"/> Estêncil
<input type="checkbox"/> Brunido	<input type="checkbox"/> Incisão	<input type="checkbox"/> Punção	<input type="checkbox"/> Entalhe
<input type="checkbox"/> Corrugado	<input type="checkbox"/> Impressão	<input type="checkbox"/> Aplique	<input type="checkbox"/> Não se aplica
<input type="checkbox"/> Escovado	<input type="checkbox"/> Plástica	<input type="checkbox"/> Engobe	<input type="checkbox"/> Outros: _____
9. Integridade			
<input type="checkbox"/> Íntegro	<input type="checkbox"/> Fragmentado	<input type="checkbox"/> Reconstituído	
10. Estado de conservação (condições físicas, grau de deterioração e a necessidade de intervenção):			
<input type="checkbox"/> Bom (sem deterioração)			
<input type="checkbox"/> Regular (não compromete o todo. Ex.: fissuras, esmaecimento, afloramento de sais, esfrelamento etc.)			
<input type="checkbox"/> Ruim (compromete o todo. Ex.: quebradiço, com manchas, alto grau de corrosão)			
<input type="checkbox"/> Péssimo (perdas irreversíveis)			
Descrição: _____			
11. Intervenções sofridas:			
<input type="checkbox"/> Higienização a seco	<input type="checkbox"/> Dessalinização	<input type="checkbox"/> Estabilização	
<input type="checkbox"/> Higienização com água	<input type="checkbox"/> Remoção	<input type="checkbox"/> Outros	
<input type="checkbox"/> Colagem/refixação	<input type="checkbox"/> Consolidação	<input type="checkbox"/> Não se aplica	
<input type="checkbox"/> Restauração/restituição			
Descrição: _____			
12. Recomendações de conservação:			
13. Invólucro/acondicionamento			
<input type="checkbox"/> Saco Plástico (Polietileno ou poliéster)	<input type="checkbox"/> Papel livre de ácido ou ph neutro		
<input type="checkbox"/> Tecido não tecido de polipropileno (TNT)	<input type="checkbox"/> Espuma de polietileno		
<input type="checkbox"/> Não tecido de polietileno de alta densidade (Tyvek)	<input type="checkbox"/> Manta acrílica		
<input type="checkbox"/> Plástico Bolha	<input type="checkbox"/> Não possui		
<input type="checkbox"/> Papel	<input type="checkbox"/> Outros: _____		
14. Armazenamento			
<input type="checkbox"/> Caixa de papelão	<input type="checkbox"/> Não possui		
<input type="checkbox"/> Caixa de papelão livre de ácido ou ph neutro de polipropileno colorida (polionda)	<input type="checkbox"/> Outros: _____ <input type="checkbox"/> Caixa		
<input type="checkbox"/> Caixa de polipropileno sem coloração (polionda)			
15. Inscrições e marcas de uso:			
16. Filiação cultural:			
17. Medidas (largura, comprimento, altura, diâmetro, profundidade):			
18. Peso:			
19. Fotografias coloridas e com escala:			
20. Observações Gerais:			

Fonte: Anexo II da Portaria nº 196/2016 (IPHAN, 2016a).

Os itens 2.1 números de registro, o item 2.3 descrição e o item 19, entra em destaque por serem produzidos pelo pesquisador. Nessa fase o mesmo deve elaborar uma tabela de inventário do acervo com as seguintes descrições; o sítio, localização, a rua pesquisada, as sondagens (referência), os tipos de fragmentos (bordas, bases, paredes decoradas, paredes simples, asas, tampa, adornos, apêndices, grês), de acordo com que cada sondagem apresenta, e a quantidade de fragmentos, ao final da tabela a soma total,

Figura 6 - Trechos do preenchimento da ficha de cadastro de bem arqueológico móvel

Não Identificado
17. Medidas (largura, comprimento, altura, diâmetro, profundidade): Em conformidade com a ficha de análise. Não se aplica
18. Peso: O peso do conjunto é equivalente a não se aplica
19. Fotografias coloridas e com escala:
Intervenção I2 ZB92


Fonte: Ficha preenchida pela Autora, a partir dos dados da pesquisa (2023).

Ao final do preenchimento das fichas é elaborada uma tabela com as classes identificadas no processo de inventário do acervo. Em seguida é realizada a emissão do Termo de Entrega Definitiva do Acervo que deverá ser assinado pela instituição de guarda endossante.

Figura 7 - Relação de bens arqueológicos móveis inventariados, suas classes identificadas e seus quantitativos

Relação de Bens Arqueológicos por Sítio:	
Nome do Sítio: VILA BOA DE GOIAS II	
Projeto: Projeto de acompanhamento e resgate arqueológico na obra de implantação da rede Elétrica subterrânea	
Portaria:	
Tipologia material:	Quantidade:
Bordas	84
Bases	35
Parede com decoração	38
Paredes simples	133
Asa	02
Parede com marca de asa	01
Grês	01
Total	294

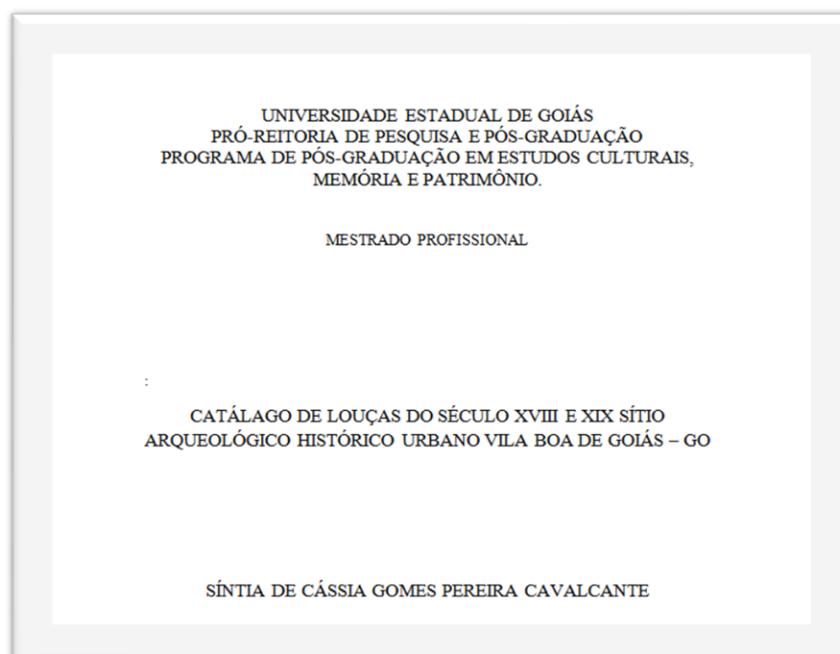
Fonte: Ficha preenchida pela Autora, a partir dos dados da pesquisa (2023).

O catálogo de louças foi elaborado com as peças que foram inventariadas nessa pesquisa, do total de 5.524 fragmentos, foram selecionadas algumas peças do século

XVIII e XIX para ilustrar a coleção. O objetivo do catálogo é para fins didáticos, servir como material de apoio para as ações educativas com a comunidade. O catálogo apresenta alguns exemplares do acervo arqueológico do Sítio Arqueológico Histórico e Urbano Vila Boa de Goiás.

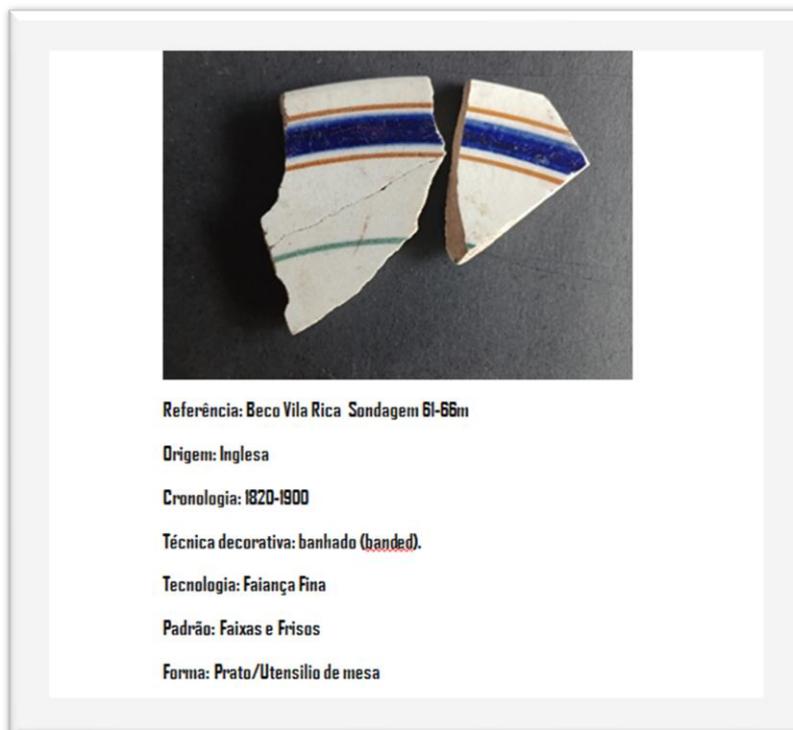
O catálogo foi pensado e estruturado de maneira didática e elucidada, para que o leitor possa conhecer as características das peças, suas técnicas decorativas, período de fabricação, tipo de artefato, forma e função. Todas as informações estão escritas de forma objetiva para que o leitor de qualquer idade possa entender as informações expostas.

Figura 8 - Capa do catálogo de louças do século XVIII, XIX e XX



Fonte: Cavalcante (2023, prelo).

Figura 9 - Exemplar em louças século XIX, utensílios de mesa.



Fonte: Arquivo pessoal da Autora, para base de dados da pesquisa (2023).
Elaboração descritiva da ficha com base em Soares (2011).

Figura 10 - Exemplar em louças (malga) utensílios de uso individual século XIX



Fonte: Arquivo pessoal da Autora, para base de dados da pesquisa (2023).

3.2 PÚBLICO-ALVO

Têm-se como público-alvo, os gestores do patrimônio, os gestores públicos e privados, estudantes, comunidade acadêmica e a população vilaboense. O objetivo é fornecer dados para que os mesmos possam definir estratégias mais assertivas em relação aos bens arqueológicos registrados nessa pesquisa. Acredita-se que possam ser usados como ferramentas de pesquisa, de gestão, manutenção e fruição dos bens.

Ao certo é necessário que a população, a comunidade acadêmica, os estudantes da rede de ensino público, privada e gestores possam ter acesso a essa pesquisa, e utilizar-se desse instrumento como, elemento de proteção e valorização da cultura e de sua identidade.

3.3 O IMPACTO ESPERADO SOBRE A COMUNIDADE

O principal objetivo deste trabalho é a promoção do conhecimento, da valorização da identidade cultural, da proteção e manutenção do patrimônio cultural. A educação patrimonial é um caminho possível para divulgação e propagação da memória cultural, as ações educativas, a participação coletiva e a integração dos grupos sociais contribuem para o desenvolvimento desse processo. Ao preencher as fichas de cadastro dos bens arqueológicos móveis e elaborar o catálogo, produz uma ferramenta de devolutiva social. Devolve a essa comunidade parte de sua história através da sua cultura material.

Conforme afirma Soares (2003, p. 25), “a melhor forma de conservar a memória é lembrá-la. A melhor maneira de contar a história é pensá-la e o melhor jeito de assegurar a identidade é mantê-la”. Sabe-se que essas ações educativas com a comunidade podem gerar bons resultados na prática da proteção do seu patrimônio, são eles os principais guardiões de sua história, da sua identidade cultural.

Acredita-se que com essas propostas, possa-se alcançar o objetivo de valorização cultural, entende-se que através da cultura material, é possível construir um elo entre o passado e presente, fortalecer laços de pertencimento cultural, desmistificar alguns mitos da construção social da sociedade goiana e contribuir com processo de manutenção, guarda e fruição do patrimônio arqueológico.

4 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DO PRODUTO

A proposta de uso e aplicação dos produtos pretende alcançar vários alvos, assim como descrito no item 3.2. Veja com o primeiro produto (o inventário e preenchimento da ficha de cadastro de bens arqueológicos móveis), possam chegar aos gestores do patrimônio e os gestores governamentais, entendendo que os mesmos criem algumas estratégias de proteção e manutenção dos acervos nas instituições de guarda permanente, além do desenvolvimento de ações de extroversão. Ao mesmo modo colaborar com banco de dados de registro e inventário dos bens móveis do IPHAN.

A produção do catálogo de louças do século XVIII e XIX, servirá como material de apoio, entendendo que possam ser utilizados por outros profissionais envolvidos com a educação patrimonial, que essas propostas abordadas cheguem como devolutiva à comunidade em geral, que esses dados gerados com o patrimônio arqueológico possam de modo, mais ou menos imediato, impactar a comunidade.

4.1 MANUAL DE USO DO DAS FICHAS DE CADASTRO DO BEM MÓVEL E O CATÁLOGO DE LOUÇAS

De acordo com o que foi visto no capítulo 3, para esse trabalho foi produzido 44 fichas de cadastro de bens arqueológicos móveis, um total de 5.524 peças catalogadas e fotografadas que foi entregue ao IPHAN em cumprimento as adequações previstas na Portaria nº196 de 18 de maio de 2016 (IPHAN, 2016a), e desse acervo fotográfico produziu um catálogo de louças do século XVIII e XIX, com algumas peças representativas da coleção. O objetivo é disponibilizá-los para que possam ser usados, estudados e mantidos para a continuidade necessária na prática de manutenção dos acervos arqueológicos.

Todo material para ser bem explorado precisa conter um manual de uso, as fichas estão disponíveis no site do IPHAN⁵, para esse acesso, o leitor deve ter noções básica de pesquisa em sites. Ao acessar os sites é preciso localizar o item consulte seu processo (nome do projeto ou número do processo de protocolo), em seguida abre as guias e os relatórios, os anexos e toda documentação vinculada a pesquisa está disponível na plataforma para consulta.

⁵ Disponível no endereço eletrônico: <http://portal.iphan.gov.br/>

Figura 11 - Pagina do IPHAN para pesquisa e consultas de relatórios, bibliografias, projetos



Fonte: Acesso a página do IPHAN (2023).

O manual de uso do catálogo é mais simples. Basta ter acesso em uma biblioteca do município, das universidades UEG, UFG, Instituto Federal de Goiás (IFG) que se encontra disponível uma cópia impressa para pesquisa, assim como na sede do NARQ/UEG, também, está disponibilizado uma cópia. Busca-se incentivo para impressão, para possibilitar esse contato direto com o produto.

O catálogo é bem intuitivo e prático, conta com capa e contra capas e uma introdução elucidando as noções básicas histórias e do uso das louças na sociedade contemporânea, nas páginas adiante as fotografias das peças com legenda, as informações conta com sítio de localização da peça, sondagem, origem, cronologia, técnica decorativa, tecnologia, padrão e forma, tudo com uma escrita fácil de entender para que todos os públicos possam ter acesso e o utilizem como fonte de conhecimento.

4.2 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS PRODUTOS NA COMUNIDADE PARTICIPANTE

Para desenvolver essa proposta de aplicação dos resultados da pesquisa junto à comunidade escolheu participar de dois eventos que acontece na cidade. O primeiro com a expectativa de atender ao público estudantil e acadêmico que é realizado e apresentado na Semana de História e no Seminário Integrado de Pós Graduação, que acontece anualmente na unidade do Campus Cora Coralina em parceria com os programas de pós-graduação: Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO), Pós-Graduação em

Língua, Literatura e Interculturalidade (POSLLI) e Programa Mestrado Profissional em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio (PROMEP).

Na oportunidade em parceria com a secretaria de Cultura e de Ensino da rede municipal, levar as projeções com os resultados obtidos na pesquisa para serem aplicados em atividades junto à comunidade, por exemplo: eventos desenvolvidos pela prefeitura de Goiás, festividades comemorativas nos Distritos do município e eventos culturais.

4.3 DEVOLUTIVA PARA A COMUNIDADE

A devolutiva para comunidade é o momento de concretizar ações, é o momento de utilizar os produtos deste relatório em atividades educativas com o objetivo de promover a valorização cultural. Utilizar esse material de apoio fortalece as discussões sobre a construção social do povo goiano. As ações podem ser feita com a comunidade acadêmica em projetos de extensão, com os alunos dos cursos de História da UEG, oficinas interativas com alunos do ensino fundamental da rede pública e privada, com o uso do catálogo e das peças arqueológicas como eixo norteador para temática do patrimônio arqueológico, produção audiovisual com os pesquisadores, ex-funcionários da empreiteira que realizou a obra, apresentando narrativas dessa pesquisa e da importância dos achados para construção da história local, palestra com arqueólogos e historiadores do mestrado PROMEP/UEG, sobre uso fontes na construção do conhecimento.

A devolutiva para comunidade, também, se aplica em apresentar através de imagens projetadas os resultados dessa pesquisa e da produção do catálogo. Buscar apoio junto aos gestores e formadores da promoção social, parcerias para publicação em manuais de eventos, impressão de algumas tiragens para oportunizar o morador, o aluno, o professor de ter em mãos um material didático e informativo que deve ser usado na propagação do conhecimento, no fortalecimento cultural e na construção de outros manuais para proteção, conservação e fruição do patrimônio arqueológico brasileiro.

No momento devemos oportunizar que os resultados desses produtos se propaguem e ganhem novas versões e se construa, assim, uma rede educativa do patrimônio cultural, que as novas práticas de gerir os patrimônios alcance essa comunidade para que não fiquem presos a uma pedagogia retórica de uso e preservação.

5 CONSIDERAÇÕES

É inegável que o papel da arqueologia tem fomentado uma nova contextualização de ocupação, e esclarecido dúvidas que permeavam a população, contribuindo para a construção identitária possivelmente “silenciada” de alguns grupos. Ao certo se sabe que as fontes arqueológicas são atualmente um dos recursos mais fortalecedores dessa construção.

A discussão aqui apresenta dados das louças e naturalmente os grupos aos quais concentravam e ocupava a região hoje considerada “centro histórico”, não há intenção de adentrar nossa discussão no comportamento social dessa população, no entanto, a variedade de acervo coletados em locais em torno ao centro e antigas ocupações rurais que agregaram a malha urbana ao longo dos anos vão responder as inúmeras incógnitas que sombreiam a história de Goiás.

A história regional tradicional apresenta inúmeros episódios de crises e isolamento social dessa população. No entanto, entende-se que os objetos arqueológicos potencializaram a discussão, e os dados aqui apresentados nos remetem a algumas hipóteses de interpretações, a primeira de que a Vila não se isolou dos modos e costumes litorâneos, e mesmo em tempos de esvaziamento a população que permaneceu não limitou seus hábitos refinados, pois a variedade de objetos importados e finos coletados na pesquisa acentua a discussão.

Percebe-se, também, que a evolução da malha urbana não mudou o padrão de comportamento dessa população que se manteve restrita ao velho núcleo urbano, nem tampouco a mudanças políticas e a centralização de uma nova capital tiraram o brilho de sua arquitetura colonial, das ruas de pedras e de suas tradições. Portanto, é possível sim, afirmar que a população não se isolou completamente, ou tampouco houve o empobrecimento total. Conforme descrito por parte da historiografia após o fim da mineração. Os dados apresentados através dos objetos arqueológicos somado a outras novas discussões nos revela que essa população não perdeu seus hábitos ligados a certo requinte.

Diante dessa tratativa e tendo em vista que o acervo arqueológico necessita de manutenção periódica para garantir a integridade e conservação dos objetos que estão abrigados na instituição de guarda permanente. Entende-se que as ações de gestão como essa, sejam uma ferramenta que possibilita identificar os possíveis problemas quanto à conservação e preservação dos artefatos, assinalando quais possíveis medidas possam ser

tomadas para que o acervo salvaguardado esteja protegido podendo assim permitir que a comunidade mantenha preservado elementos da sua história e da sua identidade cultural.

O inventário e a coleção de referência são instrumentos sociais, pensados e elaborados como um mecanismo de extroversão desse patrimônio arqueológico. É uma estratégia de uso e socialização das coleções protegidas na instituição. Saber que a comunidade merece uma devolutiva dos resultados das pesquisas realizadas em seu território, e os objetos em louças podem ofertar a essa comunidade, dados sobre o seu passado, suas raízes culturais, sua identidade.

Os dados obtidos nessa pesquisa, através do inventário e cadastro do acervo em louça do projeto de implantação da fiação subterrânea de energia elétrica são o início de um trabalho que deve ocorrer com as coleções abrigadas no NARQ/UEG. O inventário e o preenchimento da ficha anexo II da Portaria nº196 atende um princípio fundamental, o da extroversão dos bens. Entende-se que essa fonte de conhecimento possa contribuir com as discussões de memória, identidade e pertencimento.

Nesta direção, torna-se importante não medir esforços na proteção dos bens patrimoniais, para que sua manutenção seja assegurada. Assim, um dos passos para sua permanência é a promoção de Programas de Educação Patrimonial, pois, trata-se de um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no patrimônio cultural como fonte primária de conhecimento individual e coletivo.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Astolfo Gomes de Mello; CARVALHO, Marcos Rogério Ribeiro de. A louça inglesa o século XIX: considerações sobre a terminologia e metodologia utilizadas no Sítio Florêncio e Abreu. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, n. 3, p. 81-95, 1993. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revmae/article/view/109163>. Acesso em: 10 nov.2022.

BARATTO, Romullo. Iphan lança plataforma de conhecimento e gestão do patrimônio construído. **ArchDaily**, 2017. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/883302/iphan-lanca-plataforma-de-conhecimento-e-gestao-do-patrimonio-construido>. Acesso em: 20 set. 2022.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011. 229 p.

BARBOSA, Rute Ferreira. “**Para o povo ver**”: a materialidade dos Engenhos Banguês do Norte de Alagoas, no século XIX. 2012. Dissertação (Mestrado em Arqueologia)-Universidade Federal do Pernambuco, Recife, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/19065/1/2012-dissertacao-RuteBarbosa.pdf.pdf>. Acesso em: 15 out. 2022.

BORTONI-RICARDO, S. M. **O professor pesquisador**: introdução à pesquisa qualitativa. São Paulo: Parábola, 2011.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRANCANTE, Eldino da Fonseca. **O Brasil e a cerâmica antiga**. São Paulo: [s. n.], 1981. Disponível em: <http://www.edufrn.ufrn.br/handle/123456789/2392?mode=full>. Acesso em: 10 jan. 2023.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. Acervos arqueológicos: relevâncias, problemas e desafios desde sempre e para sempre. **Revista de Arqueologia**, v. 33, n. 3, set./dez., 2020. Disponível em: <https://revista.sabnet.org/ojs/index.php/sab/article/download/845/4>. Acesso em: 12 dez. 2022.

BRUNO, M. C. O. . Musealização da Arqueologia: caminhos percorridos. **Revista de Arqueologia**, [S. l.], v. 26, n. 2, p. 04–15, 2014. Disponível em: <https://revista.sabnet.org/ojs/index.php/sab/article/view/379>. Acesso em: 31 out. 2022.

CALLEFI, Gislane Valério de Lima. **Preferencias e possibilidades de consumo em Goiás no século XIX**. 2000. Dissertação (Mestrado em História)-Universidade Federal de Goiás, 2000. https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/113/o/CALLEFI_Gislane_Val_rio_de_Lima.2000.pdf

CALLEFI, Gislane V. de Lima; CARVALHO, Hellén Batista. **Projeto de acompanhamento e resgate arqueológico na obra de implantação da rede Elétrica subterrânea**. Brasília: IPHAN, 2001. Relatório Técnico.

CAMPOS, Yussef Daibert Salomão. O inventário como instrumento de preservação do patrimônio cultural: adequações e usos (des) caracterizadores de seu fim. **Revista CPC**, São Paulo, n.16, p. 119-135, maio/out. 2013. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cpc/article/download/68646/71224/90700>. Acesso em: 20 fev. 2023.

CARDINI, F. Un sociologo al Santo Sepolcro. In: HALBWACHS, M. **Memorie di Terrasanta**. Veneza: Arsenale, 1988.

CARVALHO, Marcos Rogério Ribeiro de. Pratos, xícaras e tigelas; um estudo de arqueologia histórica em São Paulo, séculos XV em XIX: os sítios Solar da Marquesa, Beco do Pinto e Casa nº 1. **Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, n. 13, p. 75-99, 2003. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revmae/article/view/109466>. Acesso em: 15 jan. 2023.

CARVALHO, Taisa Soares de; AMARAL, Luis Cesar Peruci do. Os inventários como instrumentos de preservação: da identificação ao reconhecimento. In: SEMINÁRIO DOCOMOMO, 9., 2011, Brasília. **Anais [...]**. Brasília: DOCOMOMO, 2011. Disponível em: https://docomomobrasil.com/wp-content/uploads/2016/01/048_M11_RM-OsInventariosComoInstrumentos-ART_taisa_carvalho.pdf. Acesso em: 22 fev. 2023.

CAVALCANTE, Sintia de Cássia Gomes Pereira. **Catálogo de louças do século XVIII, XIX sítio arqueológico histórico urbano de Vila Boa de Goiás-Go**. 2023. Dissertação (Mestrado profissional)-Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio, Universidade Estadual de Goiás, Goiás, 2023. No prelo.

CERQUEIRA, Fábio V.; PEIXOTO, Luciana da S.; VIANA, Jorge de O. Acervo arqueológico de Faiança Fina da Casa 8 (Residência Conselheiro Francisco Antunes Maciel) - Pelotas/RS. **Cadernos do LEPAARQ**, v. 1, n. 2, jul./dez. 2004. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/lepaarq/article/view/815>. Acesso em: 10 maio 2023

COUTINHO, Cidinha. **Praça da Liberdade**. Facebook, 2021. Disponível em: https://www.facebook.com/profile.php?id=100000559078049&sk=photos_by. Acesso em: 12 abr. 2023.

FOTOS Cidade de Goiás e Goiânia. Facebook, 12 maio 2022. Disponível em: <https://www.facebook.com/345729163256110/photos/pb.100063530872421.-2207520000./659552808540409/?type=3>. Acesso em: 15 abr. 2023.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Lembrar escrever esquecer**. São Paulo: Ed. 34, 2006.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa qualitativa tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29, maio/jun. 1995. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rae/a/ZX4cTGrqYfVhr7LvVyDBgdb/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 14 mar. 2023.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução Tomaz Tadeu Silva, Guaracira Lopes Louro. 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HALBWACHS, M. **A Memória coletiva**. Trad. de Laurent Léon Schaffter. São Paulo, Vértice ; Revista dos Tribunais, 2006.

HOUAISS, Antonio. **Grande dicionário Houaiss**. São Paulo: [s. n.], 2016. Disponível em: <https://houaiss.uol.com.br/pub/apps/www/v2-3/html/index.htm#5>. Acesso em: 3 maio 2023.

IPHAN. **Cadastro Nacional das Instituições de Guarda e Pesquisa (CNIGP)**. Brasília: Iphan, (2016b). Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/busca?search_query=Centro+Nacional+de+Arqueologia&do_search=y&buscar=buscar&pagina=2. Acesso em: 22 set. 2022.

IPHAN. **Carta de Lausanne**. Carta para proteção e gestão do patrimônio arqueológico ICOMOS/ICAHM. Brasília: Iphan, 1990. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Lausanne%201990.pdf>. Acesso em: 25 set. 2022.

IPHAN. **Home**. Brasília: Iphan, 2023. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/>. Acesso em: 15 abr. 2023.

IPHAN. **Instituições de guarda e pesquisa**. Brasília: Iphan, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/iphan/pt-br/patrimonio-cultural/patrimonio-arqueologico/instituicoes-de-guarda-e-pesquisa>. Acesso em: 21 ago. 2022.

IPHAN. **Instrução Normativa nº 001, de 25 de março de 2015**. Estabelece procedimentos administrativos a serem observados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional nos processos de licenciamento ambiental dos quais participe. Brasília: Iphan, 2015. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/INSTRUCAO_NORMATIVA_001_DE_25_DE_MARCO_DE_2015.pdf. Acesso em: 20 out. 2022.

IPHAN. **Lei nº 3.924 de 26 de julho de 1961**. Dispões sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos. Brasília: Iphan, 1961. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Lei_3924_de_26_de_julho_de_1961.pdf. Acesso em: 10 jun. 2022.

IPHAN. **Manual do usuário: Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão – SICG**. Brasília: Iphan, (201-). Disponível em: <https://www.plan-eval.com/repositorio/arquivo/projeto/Manual%20SICG.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2023.

IPHAN. **Mapa de distribuição de instituições de guarda e pesquisa**. Brasília: Iphan, 2017a. Disponível em:

<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Mapa%20do%20CNIGP.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2022.

IPHAN. **O CNA**. Brasília: Iphan, 2017b. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/busca?search_query=Centro+Nacional+de+Arqueologia&do_search=y&buscar=buscar&pagina=2. Acesso em: 23 out. 2022.

IPHAN. **Portaria nº 07, de 01 de dezembro de 1988**. Brasília: Iphan, 1988. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Portaria_n_007_de_1_de_dezembro_de_1988.pdf. Acesso em: 12 nov. 2022.

IPHAN. **Portaria nº 196, de 18 de maio de 2016**. Dispõe sobre a conservação de bens arqueológicos móveis, cria o Cadastro Nacional de Instituições [...]. Brasília: Iphan, 2016a. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Portaria_Iphan_196_de_18_de_maio_2016.pdf. Acesso em: 15 dez. 2022.

IPHAN. **Preservação de acervos**. Brasília: Iphan, ©2014. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/510>. Acesso em: 18 mar. 2023.

KERN, Arno Álvarez. Nosso passado terá um futuro? Reflexões sobre a arqueologia. **Revista História: Debates e Tendências**, v. 17, n. 1, p. 23-39, 2017. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/5524/552459228002/html/>. Acesso em: 10 fev. 2023.

LIMA, T. A. Arqueologia histórica no Brasil: balanço bibliográfico (1960-1991). **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, v. 1, n. 1, p. 225-262, 1993. <https://doi.org/10.1590/s0101-47141993000100015>

LIMA, T. A. Cultura material: a dimensão concreta das relações sociais. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, v. 6, n. 1, p. 11-23, jan./abr. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/bgoeldi/a/899PQPGsVV5WGXNyxXqzhwc/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 8 mar. 2023.

LIMA, T. A.; FONSECA, M. P. R. da; SAMPAIO, A. C. de O.; FENZL-NEPOMUCENO, A.; MARTINS, A. H. D. A tralha doméstica em meados do século XIX: reflexos da emergência da pequena burguesia do Rio de Janeiro. **Revista Dédalo**, S. Paulo, pub. avulsa, p. 205-230, 1989. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/249078420/A-Tralha-Domestica-Em-Meados-de-Seculo-XIX-Reflexos-Da-Emergencia-Da-Pequena-Burguesia-Do-Rio-de-Janeiro>. Acesso em: 25 nov. 2022.

MAJEWSKI, T. ; O'BRIEN, M. J. **El proceso de investigación em arqueología**. Barcelona: Grijalbo Mondadori, 1987.

MEDEIROS, Mércia Carréra de. **Reconstituição de uma fazenda colonial**: estudo de caso da fazenda São Bento de Jaguaribe. 2005. Dissertação (Mestrado em Arqueologia)-

– Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/520/1/arquivo2312_1.pdf. Acesso em: 10 out. 2022.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Memória e cultura material: documentos pessoais no espaço público. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 11, n.21, p. 91, 1998. <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2067>. Acesso em: 15 fev. 2023.

MIRANDA, Marcos Paulo de Souza. O inventário como instrumento constitucional de proteção ao patrimônio cultural brasileiro. **Revista Jus Navigandi**, Teresina, ano 13, n. 1754, abr. 2008. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/11164>. Acesso em: 22 abr. 2023.

MOTTA, Lia; REZENDE, Maria Beatriz. Inventário. In: IPHAN. **Dicionário Iphan de patrimônio cultural**. Brasília: Iphan, 2016. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural>. Acesso em: 16 mar. 2023.

NAKAMUTA, Adriana Sanajotti. A trajetória de preservação dos bens móveis e integrados sob a ótica dos projetos institucionais de inventário. In: ENCONTRO DE HISTÓRIA DA ARTE, 2., 2006, Campinas, SP. **Anais [...]**. Campinas, SP: IFCH- Unicamp, 2006. Disponível em: <http://docplayer.com.br/12536947-A-trajetoria-de-preservacao-dos-bens-moveis-e-integrados-sob-a-otica-dos-projetos-institucionais-de-inventario-1.html>. Acesso em: 15 fev. 2023

OLENDER, Marcos. Uma “medicina doce do patrimônio”. O inventário como instrumento de proteção do patrimônio cultural – limites e problematizações. **Arquitextos**, São Paulo, ano 11, n. 124. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/11.124/3546>. Acesso em: 5 dez. 2022.

OLIVEIRA, Rita Lírio de; SIMÕES, Maria de Lourdes Netto. O tempo é chegado: a memória como meio de produzir e preservar identidades. **Revista Reflexões**, Londrina, v. 1, n. 1, p. 5-20, 2009. Disponível em : http://www.uesc.br/icer/artigos/otempochegado_rita.pdf. Acesso em: 12 out. 2022.

PADILHA, Renata Cardozo. **Documentação museológica e gestão de acervo**. Florianópolis: FCC, 2014. (Coleção Estudos Museológicos, v. 2). Disponível em: <https://www.cultura.sc.gov.br/downloads/patrimonio-cultural/colecao-estudos-museologicos/1869-documentacao-museologica-e-gestao-de-acervo-colecao-estudos-museologicos-volume-2/file>. Acesso em: 10 fev. 2023.

PALACIN, Luiz. **O século do ouro em Goiás, 1722-1822**: estrutura e conjuntura numa capitania de Minas. 4. ed. Goiânia: UCG, 1994.150 p,

PEREIRA, Daiane. Extroversão do patrimônio arqueológico salvaguardado: reserva técnica do laboratório de arqueologia Peter Hilbert. **Rev. Arqueologia Pública**, Campinas, SP, v.11, n.2, p. 66-82, nov. 2017. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rap/article/view/8650061/17173>. Acesso em: 20 set. 2022.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992. Disponível em: <http://www.pggedf.ufpr.br/memoria%20e%20identidadesocial%20A%20capraro%202.pdf>. Acesso em: 10 out. 2022.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989. Disponível em: https://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf. Acesso em: 11 out. 2022.

RIBEIRO, E. S.; SILVA, A. de F. Inventários de bens móveis e integrados como instrumento de preservação do patrimônio cultural: a experiência do INBMI/Iphan em Pernambuco. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, [S. l.], v. 40, 2011. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/6125>. Acesso em: 31 maio. 2023.

RIO Vermelho paisagem e memória. **Blogger**, 14 nov. 2009. Disponível em: <https://lencoisesquecidosnoriovermelho.blogspot.com/2009/11/rio-vermelho-paisagem-e-memoria.html>. Acesso em: 3 maio 2023.

SALADINO, Alejandra; POLO, Mario. Acervo arqueológico. In: GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (org.). **Dicionário IPHAN de patrimônio cultural**. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro ; Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/65/acervo-arqueologico>. Acesso em: 6 abr. 2023.

SCIFONI, Simone. Para repensar a educação patrimonial. In: PINHEIRO, Adson Rodrigo S. (org.). **Cadernos do patrimônio cultural: educação patrimonial**. Fortaleza: Secultfor ; Iphan, 2015. p. 193-206. (Série Cadernos do Patrimônio Cultural; v.1). Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/EduPat_Cadernos_do_patrimonio_educacao_patrimonial_voll\(3\).pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/EduPat_Cadernos_do_patrimonio_educacao_patrimonial_voll(3).pdf). Acesso em: 30 mar. 2023.

SILVA, Érica Marcela da. **A faiança Fina: vestígios materiais do Forte Orange século XIX**. 2009. Dissertação (Mestrado em Arqueologia)-Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.

SILVA, Fabíola Amaral Jansenda. **O cativo rural colonial: reconstituição arqueológica da senzala da fazenda de São Bento de Jaguaribe – Município de Abreu e Lima, Pernambuco**. 2006. Dissertação (Mestrado em Arqueologia)- Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/584>. Acesso em: 28 jan. 2023.

SOARES, Fernanda Codevilla. **Vida material de desterro no século XIX: as louças do Palácio do Governo de Santa Catarina, Brasil**. 2011. Tese (Doutorado em Quaternário, Materiais e Cultura)-Universidade de Tras-os-Montes e Alto Douro, Vila Real, Portugal, 2011. Disponível em: <https://leia.ufsc.br/files/2012/04/TeseFernandaCodevillaSoares2011-1.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2022.

SOARES, André Luis R. (org.). **Educação patrimonial: relatos e experiências**. Santa Maria: UFSM, 2003.

SYMANSKI, Luís Cláudio Pereira. **Espaço privado e vida material em Porto Alegre no século XIX**. Porto Alegre: EdiPUCRS, 1998. Coleção Arqueologia 5.

TEDESCO, Gislaine Valério de Lima. **A cerâmica que vela e revela: projetos identitários de negros ceramistas em Vila Boa de Goiás (séculos XVIII e XIX)**. 2012. Tese (Doutorado)-Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Ciências Humanas e Letras, Goiânia, 2012.

TEDESCO, Gislaine Valério de Lima. Do lado de lá e do lado de cá de Vila Boa de Goiás: fronteiras culturais e espaciais entre negros e brancos no século XIX. In ENCONTRO ESCRAVIDÃO E LIBERDADE NO BRASIL MERIDIONAL, 4., 2009, Curitiba, 2009. **Anais [...]**. Curitiba: [s. n.], 2009. p. 1-10. Disponível em: <https://silo.tips/download/do-lado-de-la-e-do-lado-de-ca-de-vila-boa-de-goias-fronteiras-culturais-e-espaci>. Acesso em: 2 nov. 2022.

TEDESCO, Gislaine Valério de Lima. **Relatório consolidado de acompanhamento, resgate e monitoramento arqueológico da implantação de rede de esgoto na cidade de Goiás**. Anápolis: NARQ/UEG, 2014.

TEDESCO, Gislaine Valério de Lima; PEREIRA, Síntia de Cássia Gomes; SOUZA, Cristiane Loriza Dantas. **Arqueologia histórica: cotidiano e cultura material em Vila Boa de Goiás, séculos XVIII e XIX**. Site Universidade Estadual de Goiás, Site UEG, 2002.

TEDESCO, Gislaine Valério de Lima ; CARVALHO, Héllen Batista. Arqueologia histórica e mineração: o processo de povoamento na região de Santa Cruz de Goiás (séculos XVIII e XIX). In: CONGRESSO DA SOCIEDADE DE ARQUEOLOGIA BRASILEIRA, 9., 2000, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: SAB, 2000.

TEDESCO, Gislaine Valério de Lima; CARVALHO, Héllen Batista. Arqueologia para quem? Gestão do patrimônio arqueológico no sítio histórico urbano da cidade de Goiás - Goiás, Brasil Patrimônio Mundial. In: BERNARDES, João Pedro; ETCHVARNE, Carlos; LOPES, M. Conceição; COSTA, Carlos. (org.). **Arqueologia urbana em centros históricos**. Algarve, Portugal: UAlg, 2018. p. 136-147. <https://sapientia.ualg.pt/bitstream/10400.1/12646/1/Arqueologia%20Urbana%20baixa%20resoluc%cc%a7a%cc%83o.pdf>

TOLENTINO, Átila. **O que não é educação patrimonial: cinco falácias sobre seu conceito e sua prática**. João Pessoa: Iphan-PB ; Casa do Patrimônio da Paraíba, 2016. (Caderno Temático ; 5). Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/caderno_tematico_educacao_patrimonial_05.pdf. Acesso: 2 ago. 2022.

UEG. **Acervo do Núcleo de Arqueologia**. Projeto de acompanhamento e resgate arqueológico da implantação da rede subterrânea e distribuição de energia elétrica da cidade de Goiás. Anápolis: UEG, 2001. Relatório Técnico.

UEG. **Portaria nº 2, de 14 de janeiro de 2004**. Institui o Núcleo de Arqueologia da Universidade Estadual de Goiás. Anápolis: UEG, 2004.

UEG. **Resolução CsU 796, de 14 de Dezembro de 2016**. Reconhece o Núcleo de Arqueologia da Universidade Estadual de Goiás, convalida os seus atos, cria competências e dá outras providências. Anápolis: UEG, 2016. Disponível em: https://www.ueg.br/legislacao/exec/consulta_tipo_doc_legislacao/?funcao=lista_tipo_doc_legislacao&variavel=27&id_origem=9&tipo=CsU&ano=2016. Acesso em: 15 set. 2022.

UFMG. Biblioteca Prof. Lydio Machado Bandeira de Melo. **O que é pesquisa documental?** Belo Horizonte: UFMG, 2021. Disponível em: <https://biblio.direito.ufmg.br/?p=5114>. Acesso em: 20 abr. 2023.

WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, T. T. (org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

WORTHY, Lima. **Classificação Internacional de Cerâmica**. [s. l.: s. n.], 1982.